

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO
V PROAP – PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Rita de Cássia Braga

**A INFORMÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO
BÁSICO EM MINAS GERAIS: O CASO DA ESCOLA
ESTADUAL “Y” E A OFERTA DO PROGRAMA
‘FORMAÇÃO INICIAL PARA O TRABALHO - FIT’**

Belo Horizonte

2009

Rita de Cássia Braga

**A INFORMÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO
BÁSICO EM MINAS GERAIS: O CASO DA ESCOLA
ESTADUAL “Y” E A OFERTA DO PROGRAMA
‘FORMAÇÃO INICIAL PARA O TRABALHO - FIT’**

Monografia apresentada à Fundação
João Pinheiro como requisito parcial
para conclusão do curso e obtenção do
título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^ª. Maria Ruth Siffert
Diniz Teixeira Leite

Belo Horizonte

2009

Agradeço a Deus pela razão de minha existência, ao Antonio meu irmão (in memoriam), aos meus familiares, pelo apoio e compreensão e em especial ao Artur que se desdobrou e dedicou tanto nessa minha caminhada, aos amigos e colegas, por sempre incentivarem. E um especial agradecimento a orientadora Prof^ª. Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira Leite, pela dedicação e empenho, me transmitindo muita segurança e dando grande apoio.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS CINCO DÉCADAS	11
2.1	Breve Histórico da Evolução do Sistema Educacional Brasileiro	12
2.2	A Legislação Vigente Sobre o Setor Educacional Brasileiro	15
2.2.1	A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB/96	17
2.3	A Descentralização do Setor Educacional	20
2.4	A Gestão Escolar	23
2.5	A Gestão Escolar no Projeto de Inovação da Educação em Minas Gerais	26
3	A INFORMÁTICA COMO FATOR FACILITADOR DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL	28
3.1	A Informática e o Processo de Escolarização no Brasil: Um breve histórico	29
3.2	A Informática e o Processo Educacional no Brasil	30
3.3	ProInfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional	33
3.4	O Papel do Computador no Processo Educacional	34
4	A INFORMÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO BÁSICO EM MINAS GERAIS: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL “Y” E A OFERTA DO PROGRAMA ‘FORMAÇÃO INICIAL PARA O TRABALHO - FIT’	39
4.1	A Escola Estadual “Y” – Estrutura Física e Recursos Humanos	40
4.2	Escola Estadual “Y” – Organização Pedagógica	47
4.2.1	A Gestão na Escola “Y”	47
4.3	O Programa de Formação Inicial para o Trabalho – FIT e a sua oferta na Escola Estadual “Y”	51
5	ANÁLISE DOS DADOS	56
5.1	Análise dos Dados Relativos ao Ambiente Escolar Pesquisado	56
5.2	Análise dos Dados Referentes à Utilização das Tecnologias de Informações e Comunicação (TICs) na EE “Y”	65
5.3	Análise de Dados – Alunos da EE “Y” que participam do FIT	71
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
7	REFERÊNCIAS	86
8	Anexos	88

LISTAS DE QUADROS

1. Quadro 1 – Estrutura Física da Escola Estadual “Y”	42
2. Quadro 2 – Profissionais que Atuam na Escola “Y” 2009	43
3. Quadro 3 – Oferta de Ensino na Escola Estadual “Y” 2009	45
4. Quadro 4 – Número de Alunos Matriculados na Escola Estadual “Y”, por Nível de Ensino 2008	45
5. Quadro 5 - Currículo do EJA – Ensinos Fundamental e Médio	46
6. Quadro 6 - Facilidades e dificuldades encontradas no manuseio do computador – na percepção do aluno - EE “Y” – 2009	74

LISTAS DE TABELAS

1. Tabela 1 – O Significado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na percepção dos alunos da EE “Y” – 2009	72
2. Tabela 2 – Acesso ao Computador Anteriormente à Participação no FIT – Alunos da EE “Y” – 2009	73
3. Tabela 3 – Expectativa à Participação no FIT – EE “Y” 2009	76

RESUMO

A presente pesquisa aborda a implantação da Informática nas EE de Minas Gerais. O objetivo desse estudo de caso é analisar a implantação do Programa FIT na Escola Estadual “Y” de Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA (ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL) e PAV(Projeto Acelerar para Vencer) a sua eficiência como ferramenta inovadora no processo de escolarização e como mecanismo capaz de provocar mudanças significativas com relação ao conhecimento dos alunos na área da Informática visando à preparação dos participantes para oportunidades de trabalho. O foco de observação foi a Escola “Y” e o programa oferecido naquela unidade de ensino. A metodologia usada foram instrumentos de pesquisas como: entrevistas com a diretora, e questionários para as supervisoras, professores que fizeram o curso de capacitação e que estão repassando aos alunos e aos alunos inscritos no programa. Dentro desse estudo de caso, foi observado ainda que para qualquer programa, projeto e implementações de políticas públicas darem certo, é necessário que a gestão escolar seja, participativa e compartilhada.

Palavras-chave: FIT, ensino fundamental, ensino médio, EJA, PAV, políticas públicas, gestão escolar.

1

INTRODUÇÃO

“Em nenhum outro momento, a educação pública esteve sob tão forte pressão para reformular seus objetivos, renovar seus compromissos, repensar seus fundamentos, reorientar suas práticas e atualizar seus métodos. Dos educadores, espera-se que possam ir além do que preconiza o "manual de rotinas" e a tradição, que não se restrinjam a reproduzir com esmero o que lhes foi ensinado ou determinado, mas que se tornem mais capazes de propor soluções originais aos desafios que enfrentam ou de fazer escolhas mais adequadas em cada situação” (Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais - SEE/MG. Projeto Escolas em Rede, 200-).

É nesse contexto de propostas para a reformulação e a reorientação dos objetivos do setor educacional visando uma melhor qualidade de ensino nas escolas públicas de Minas Gerais, que se insere a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas unidades escolares, como ferramentas inovadoras de apoio ao processo de aprendizagem. “Através da Informática, essas tecnologias viabilizam projetos educacionais realizados com base na integração do diagnóstico da realidade da escola, das práticas pedagógicas adequadas e da organização administrativa” (ANDÈRE, 200-)

A criação do Programa de Informática na Educação - Proinfo, criado na esfera federal e oferecido de maneira descentralizada, possibilitou a introdução dos computadores nas escolas das redes públicas de ensino, como “uma ferramenta para criar facilidades” (FILOCRE, 200-, p.4).

De acordo com o Prof. João Filocre (200-), o resultado que se pretende com a chegada da Informática nas escolas é “o aluno aprendendo; a escola cumprindo o papel de ensinar e o aluno aprendendo tudo aquilo que é indispensável ao seu desenvolvimento”.

No que se refere à utilização da Informática como uma ferramenta de inovação para a elaboração de políticas públicas educacionais, profissionais da área da educação afirmam que “esta é a base essencial para qualquer gestor público tomar medidas, elaborar políticas, tomar suas providências. Sem isso as coisas não funcionam” (ANDÈRE, 200-, p.5).

Gestores, no caso da educação, são todos aqueles que têm responsabilidade sobre a evolução do processo de escolarização e da oferta do ensino. Nesse sentido, dependem de informações confiáveis e atualizadas do sistema, para poderem cumprir satisfatoriamente as atribuições legais dos cargos que ocupam e traçarem as diretrizes necessárias para a correção de rumos.

Nesta perspectiva, a investigação proposta por essa monografia pretende identificar como está ocorrendo a chegada dos computadores nas escolas e os avanços obtidos com a introdução da Informática no setor educacional, no que diz respeito aos gestores, alunos, professores e funcionários, a partir da análise da oferta do programa Formação Inicial para o trabalho - FIT um programa.

A Escola Estadual “Y” foi escolhida para Estudo de Caso aqui desenvolvido, pelo fato de ter sido uma das classificadas pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG, como uma unidade escolar bem avaliada nos últimos dois anos consecutivos, sob a responsabilidade da Superintendência Regional Metropolitana – A¹ e por esse motivo, classificada como uma Escola Referência pela SEE/MG. Sendo assim, a escola foi ‘premiada’ com possibilidade de oferecer o programa Formação Inicial para o Trabalho – FIT, semelhantemente ao que ocorre com as demais escolas classificadas da mesma maneira, ou seja, o programa é parte integrante de um ‘pacote’ de ações que a unidade escolar passa a ter direito ao ser classificada como uma Escola Referência.

O que se pretende com este trabalho, é analisar a implantação do Programa FIT na Escola Estadual “Y” e a sua eficiência como ferramenta inovadora no processo de escolarização e como mecanismo capaz de provocar mudanças significativas com relação ao conhecimento dos alunos na área da Informática visando à preparação dos participantes para oportunidades de trabalho.

A base de análise foram os dados coletados na escola por meio de pesquisa de campo realizada nos meses de novembro e dezembro de 2008 e fevereiro e março de 2009. Os instrumentos de coleta foram entrevistas semi estruturada com a diretora da unidade e

¹ A Superintendência Regional Metropolitana – A controla todas as escolas estaduais localizadas Belo Horizonte e nos municípios situados Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, como Moeda, Ribeirão das Neves, Belo Vale, Caeté, Brumadinho, Bonfim, Santa Bárbara, Nova Lima, Sabará, Rio Acima, Raposos, entre outros.

questionários aplicados às supervisoras, professores e alunos que participam do programa, além de observações *in loco*. A metodologia utilizada foi a da Técnica de Estudo de Caso, por permitir o aprofundamento do conhecimento sobre determinado objeto, estimulando novas descobertas e as abordagens de forma qualitativa e quantitativa do problema em foco (DIEHL e TATIM, 2004).

A monografia foi estruturada da seguinte maneira: Seção 1 – Introdução, onde se mostra, em linhas gerais, o contexto em que se vai trabalhar e o objeto a ser investigado; Seção 2, que trata da evolução do sistema educacional brasileiro e aponta as circunstâncias em que se deu a abertura da escola pública para a introdução da Informática como ferramenta de apoio à aprendizagem; Seção 3, que aborda o histórico da utilização da Informática no Brasil, como mecanismo inovador no auxílio ao processo de escolarização; na Seção 4 é apresentada a EE “Y”, ambiente onde foi desenvolvida a pesquisa de campo; na Seção 5, está a análise dos dados e comentários sobre questões relevantes que emergiram dessa análise e na seqüência, as Considerações Finais, que aponta as principais conclusões da pesquisa, as Referências e os Anexos.

2

PANORAMA DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS CINCO DÉCADAS

Uma vez que o objetivo dessa monografia é o de investigar a introdução da Informática nas escolas públicas de ensino básico em Minas Gerais, tomando como referência a oferta do programa Formação Inicial para o Trabalho - FIT, o que se pretende, nessa seção, é apresentar um breve panorama sobre a evolução do setor educacional brasileiro para que se possa situar, dentre as mudanças ocorridas, em que contexto a Informática passou a ser utilizada como ferramenta facilitadora do processo de aprendizagem nas escolas da rede pública de ensino.

Nesse sentido, serão abordados aqui os aspectos mais gerais das principais transformações pelas quais passou a Educação no Brasil, partir do final dos anos 50, incluindo-se aí as adequações verificadas na legislação educacional vigente. Tal legislação instituiu a descentralização do setor, o que possibilitou a formulação de políticas educacionais mais flexíveis e democráticas, que passaram a contemplar o deslocamento do poder decisório - até então centralizado no âmbito federal - para as instâncias mais próximas da população usuária, ou seja, para as Secretarias de Educação, nas esferas estadual e municipal, e para os gestores das unidades escolares.

É provável que esse deslocamento do poder decisório para os órgãos mais diretamente relacionados à comunidade escolar (Secretarias de Educação e escolas) tenha sido um dos fatores determinantes para a introdução da Informática nos processos educacionais das unidades da rede pública de ensino. Isso porque, para que se alcance o objetivo desejado (a Informática como facilitador da aprendizagem) o projeto para a sua implementação deve levar em conta as características da clientela e da comunidade em que cada escola está inserida.

2.1 Breve histórico da evolução do sistema educacional brasileiro

O Desenvolvimento de diagnósticos e de pesquisas sociais e educacionais no Brasil tornou-se expressivo nos anos 50 e 60 e ocorreu, principalmente, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP², que se caracterizou, entre 1955 e 1964, como órgão de articulação entre as áreas de pesquisa, política educacional e o experimento pedagógico (BONAMINO, 2000, p.27).

No Brasil, nos anos 50, a percepção da educação como estratégia para garantir a democracia e o desenvolvimento do país era coerente com o clima intelectual político e econômico da época. “O país transforma-se numa sociedade complexa, de caráter urbano-

² O INEP foi criado em 13 de janeiro de 1937 por decreto do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema e teve o início efetivo de suas atividades em 30 de junho de 1938(Periódico do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro – SINEPERJ, 15/jan. 2007)

industrial, marcada pela abertura democrática, pela expansão dos meios de comunicação e por um projeto de reafirmação da nacionalidade” (BONAMINO, 2000, p.28).

A redemocratização do pós-guerra introduziu um clima de otimismo no país, propício ao surgimento de projetos educacionais mais democráticos, como por exemplo, a Associação Brasileira de Educação – ABE que, juntamente com o governo brasileiro passaram a defender “a prioridade do ensino primário e normal, a diversidade e flexibilidade de níveis e ramos de ensino e a obrigatoriedade de um mínimo de cultura geral para todos, como meios da educação democrática” (XAVIER, 1999, p.47).

Com o fim do regime militar no Brasil (1984/1985), iniciou-se a retomada do país ao processo de democratização, fortemente impulsionado pelos movimentos sociais que proliferaram a partir de 1982, em busca de melhor qualidade de vida e de mudanças nas políticas de saúde e educação, dentre outras.

A educação no Brasil apresentava, até o início dos anos 90, quatro traços indesejáveis: baixo nível educacional médio da população; desigualdade na distribuição da educação; alta correlação existente entre as realizações de seus pais e avós, indicando a ausência de igualdade de oportunidades e a presença de grandes disparidades regionais nas relações educacionais das crianças (BARROS e LAN, 1993, p.1).

O projeto de reformulação do modelo educacional do ensino público nasceu, portanto, no calor do processo de transição democrática e se ampliou através do reconhecimento social da necessidade de se melhorar o perfil da educação no Brasil. A ênfase deste projeto foi dada à equidade e à superação dos elevados índices de repetência e evasão escolar, de acordo com Marta M. Parente e Heloísa Lück no texto *Mapeamento da Descentralização da Educação nas redes estaduais do ensino fundamental* (1999)³.

As demandas por gestões escolares eficazes, pela eliminação do fracasso escolar e pela universalização do ensino fundamental com qualidade, foram incorporadas às de descentralização e à democratização da educação e ampliação dos espaços de participação da unidade escolar nos processos de decisão. Estes temas foram objetos de discussão de vários eventos estaduais, nacionais e internacionais, entre os anos de 1983 e 1995 (PARENTE e LÜCK, 1999, p. 3).

No que se refere às alterações no panorama político e social do país, demandadas e desejadas pela sociedade brasileira, essas foram gradualmente se tornando realidade, garantidas pelo arcabouço legal que passou a vigorar no final da década de 80 e que teve como marco inicial a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988 (CF/88).

³ O texto *Mapeamento da Descentralização da Educação Brasileira nas redes estaduais do Ensino Fundamental*, de Marta Maria de A. Parente e Heloísa Lück é o Texto para Discussão nº 675, que tem como base resultados da pesquisa do mesmo nome desenvolvida pelo IPEA e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), com o apoio técnico da Rede Nacional em Referência em Gestão Educacional (Renageste) do Consed. O objetivo da pesquisa foi o de mapear as estruturas colegiadas, os mecanismos de gestão para o provimento do cargo de diretor escolar e os instrumentos de planejamento adotados pelas escolas estaduais de ensino fundamental.

2.2 A Legislação vigente sobre o Setor Educacional brasileiro

As leis vigentes sobre a Educação, a saber: Constituição Brasileira, de 5 de outubro de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993; a Emenda Constitucional 14, de setembro de 1996 e, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, Lei nº 9394 de dezembro de 1996, garantem o direito do acesso à educação e definem as responsabilidades do estado e da família para viabilizar o direito legalmente definido (LEITE, 2001).

A obrigatoriedade do ensino fundamental no país diz respeito tanto aos pais ou responsáveis quanto ao poder público. Com relação aos pais ou responsáveis, o não-cumprimento da obrigação de matricular os filhos que atinjam a idade entre sete e quatorze anos constitui crime de abandono intelectual (Código Penal Brasileiro, art. 246). Caso o filho não tenha concluído o ensino fundamental até a idade de quatorze anos, esta obrigatoriedade estende-se até a sua conclusão ou até os dezoito anos e o seu não-atendimento constitui omissão, sujeita às medidas previstas no art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA. Quanto ao poder público, o não-oferecimento do ensino fundamental ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente, podendo a mesma ser imputada por crime de responsabilidade.

No que se refere ao término da escolaridade obrigatória, a legislação vigente não é precisa. A Constituição de 1988 estendia a obrigatoriedade do ensino fundamental a todos, inclusive àqueles que a ele não tivessem acesso na idade própria. Isso implicava, com relação ao poder público, a obrigação de oferecer ensino fundamental a todos aqueles que não o tivessem concluído independente da idade. A Emenda Constitucional 14⁴, no entanto, deu nova versão ao dispositivo em questão ao explicitar que o ensino fundamental para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria não constitui obrigação do Estado, embora continue sendo *dever do Estado* assegurar sua oferta gratuita para todos. A LDB de 1996 restituiu ao ensino fundamental a dimensão de obrigatoriedade e o caráter de direito público subjetivo. Assim, pela LDB, o direito ao ensino fundamental por parte daqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria volta a ser direito público subjetivo (HORTA, 1998, p. 30-31, apud LEITE, 2001).

Os princípios emanados da atual legislação brasileira se constituíram, em parte, das conquistas das lutas que impulsionaram os movimentos sociais que surgiram a partir do início dos anos 80 e cuja bandeira era a redemocratização do país. Após o restabelecimento da democracia política, o marco constitucional forneceu o substrato legal para o avanço de propostas para a democratização e valorização da escola pública.

2.2.1 A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB/96

⁴ A Emenda Constitucional 14, sancionada em setembro de 1996, modificou, entre outros, os incisos I e II do art. 208 da Constituição Brasileira de 1988, artigo este que trata do dever do Estado com a Educação (Horta, 1998, p. 28)

Como o objetivo dessa monografia é o de pesquisar sobre a eficiência da utilização da Informática com ferramenta facilitadora da aprendizagem nas escolas públicas de ensino básico, torna-se fundamental para a compreensão desse estudo, apresentar a LDB/96 com um pouco mais de detalhes, já que é a partir da sua promulgação que se verifica avanços e mudanças substanciais nos procedimentos pedagógicos e na maneira de se ensinar, incluindo-se aí, a introdução da Informática como instrumento de apoio no processo de escolarização.

Em 1990 foi realizado, na Tailândia, o Fórum Mundial em Educação no qual ficou estabelecido que providências deveriam ser tomadas com relação à melhoria da qualidade da chamada “educação primária” ou ensino fundamental. O representante enviado pelo Brasil para participar do Fórum apresentou as propostas definidas pelos 151 países presentes no evento.

Em 1996, após longa discussão em torno dessas propostas e das alterações necessárias para a adequação dos procedimentos pedagógicos à realidade brasileira, foi aprovada a Lei nº. 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) que passou a estabelecer as orientações para as ações do governo com relação à educação no Brasil. A estrutura curricular passou a ser mais flexível, com uma base comum ao ensino fundamental e ao ensino médio, a ser complementada em cada nível de ensino de acordo com a diversidade verificada no corpo discente, respeitando-se as características locais e regionais da comunidade atendida pelas escolas. A estrutura curricular deveria ainda

difundir os valores básicos dos interesses da sociedade, os direitos e obrigações dos cidadãos, o respeito pela ordem democrática e bem estar comum e, em especial, às características de vida em cada região (Amaral, 1999, p.238-9, apud LEITE, 2001).

No sentido de tornar a gestão escolar mais flexível e democrática e as práticas pedagógicas mais adequadas, a LDB/96 instituiu inovações nos procedimentos de gestão escolar, estabelecendo os novos parâmetros que passariam a direcionar o sistema educacional a partir da segunda metade dos anos 90, a saber: organização do currículo por temas, processos pedagógicos mais eficazes, sistemas de ciclos escolares para a educação fundamental, maior autonomia administrativa e financeira da escola, redefinição do sistema de avaliação interna do rendimento escolar, investimentos na formação continuada dos professores, programas de “aceleração da aprendizagem”, aumento da carga horária dos turnos diários, aumento do número de dias letivos e avaliação externa do desempenho escolar.

No que diz respeito à busca de processos pedagógicos mais eficazes, um dos novos mecanismos adotados foi a introdução dos conhecimentos básicos da Informática no universo das unidades escolares como instrumento de apoio ao processo de aprendizagem. Para tanto as escolas deveriam receber das respectivas Secretarias de Educação os equipamentos necessários e encaminhar parte de seus recursos humanos para cursos de treinamento para se capacitarem para a utilização adequada de computadores e seus acessórios que passariam a fazer parte do ambiente escolar.

Para se obter condições satisfatórias para a implementação de um modelo de gestão escolar mais flexível e dinâmica, o ideal seria que o poder decisório das ações fosse deslocado para os estados, municípios e às próprias instituições de ensino, ou seja, para as instâncias mais próximas da população usuária.

Nesse sentido, a LDB/96 favoreceu o processo da descentralização da gestão educacional, ao mesmo tempo em que promoveu o fortalecimento do papel do Ministério da Educação como formulador e coordenador das políticas educacionais em nível nacional.

A reformulação proposta para o modelo educacional brasileiro contemplava aspectos que deveriam preparar a escola para que se tornasse uma instituição capaz de incorporar a diversidade sociocultural das crianças auxiliando-as a vivenciar culturas diferentes, facilitando-lhes o domínio de outros costumes e formas de pensamento.

Assim, o modelo de gestão escolar, de concepções rígidas e centralizadoras, deveria dar lugar a uma estrutura flexível e democrática cuja base estaria fundamentada nos seguintes itens: novos parâmetros curriculares, processos pedagógicos mais eficazes, sistema de ciclos escolares para a educação fundamental e maior autonomia da escola, de acordo com a LDB/96.

2.3 A descentralização do setor educacional

Além de garantir a todos, indistintamente, o acesso aos direitos à educação, a Constituição Brasileira de 1988 também promoveu uma série de mudanças legais no sentido de conferir maior autonomia e descentralização ao ensino. A primeira delas foi a reforma tributária, que ampliou o repasse de recursos da União para os estados e municípios e estabeleceu que nos dez anos subsequentes à sua promulgação um mínimo de 50% dos recursos vinculados à educação fosse aplicado no ensino fundamental e na erradicação do analfabetismo.

“O reordenamento fiscal promovido pelo texto Constitucional de 1988 representava, especialmente, o fortalecimento dos municípios, na medida em que foram estabelecidos ganhos para as administrações municipais, sobretudo no tocante às questões tributárias. Mas a descentralização administrativa e fiscal promovida pela carta de 1988 significou também o estabelecimento de uma nova agenda para os governos municipais, incluindo-se nesta, a gestão de políticas sociais nas áreas da saúde, educação fundamental, assistência social...” (MELLO, 2000, p.18).

Outras alterações introduzidas no texto constitucional se referiam à definição de responsabilidade pela oferta de serviços educacionais entre as esferas de governo. Observa-se que, atualmente, a maior responsabilidade pelas ações na área do ensino fundamental ainda recai sobre os estados, (CASTRO et al, 2000, p. 8).

Apesar de ser uma situação complexa, a descentralização do setor educacional em sistemas federativos como o brasileiro deve se caracterizar pela flexibilidade e incorporar as diferentes relações que se estabelece entre a União e as unidades subnacionais, que compreendem os estados e os municípios. Por isto, descentralizar o sistema educacional não se traduz em um processo homogêneo e direcionado por uma única diretriz. Ao contrário, é um processo que acompanha a lógica da organização federativa no sentido de: a) ordenar responsabilidades e competências nos planos administrativos e financeiros aos entes federativos; b) instituir processos desconcentrados de administrações financeiras, administrativa e pedagógica; c) instaurar a gestão democrática da escola, em cumprimento ao preceito constitucional, cuja regulação maior encontra-se na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), institucionalizando a escola autônoma (PARENTE e LUCK, 1999, p.4).

Nesse novo contexto, verificou-se a necessidade de se rever a forma de gestão dos programas tradicionalmente desenvolvidos pelo MEC (centralizados), o que resultou em novas diretrizes que passaram a balizar a ação federal, a partir de 1995. A gestão centralizada estava sendo associada ao desvio de recursos e à lentidão dos processos, comprometendo a efetividade dos programas. Dentre as novas diretrizes da ação federal destaca-se “o incremento à descentralização da gestão de grande parte dos programas até então geridos pelo MEC, pela transferência direta de recursos para as unidades escolares, fundos e órgãos municipais e estaduais...” (CASTRO, BARRETO e CORBUCCI, 2000, p. 10).

Outro fator impulsionou o processo de descentralização do sistema educacional brasileiro: a aprovação da Emenda Constitucional 24, em 1983, de autoria do Senador João Calmon. Esta emenda prescrevia a destinação de percentuais mínimos da arrecadação fiscal no âmbito da União, dos estados e municípios e o Distrito Federal, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Nesta perspectiva foi criado o Programa de Manutenção e Desenvolvimento (PMDE) cuja função seria a de introduzir o repasse direto de recursos financeiros da União às unidades escolares. Na área de apoio ao aluno destacou-se a descentralização, sobretudo dos processos decisórios de programas já existentes como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional da Merenda Escolar (PNME) e do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), esse último de fundamental importância para a investigação proposta por essa monografia.

Marta Maria Parente e Heloísa Luck (1999, p. 5) afirmam que a prática educacional no Brasil tem adotado ações que estão deslocando o processo decisório do centro do sistema para os níveis executivos mais próximos à população usuária, ou seja, a descentralização do governo federal para os estados e municípios, chegando até ao âmbito da unidade escolar.

Nesse sentido, é importante apresentar algumas questões relacionadas com o modelo de gestão escolar contemporâneo, instância de poder de decisão mais próximo à comunidade escolar, para que se possa entender melhor o papel dos gestores nesse contexto que incorpora a oferta da Informática na grade curricular das escolas públicas de ensino básico.

2.4 A Gestão Escolar

Abordar a gestão escolar tal como é administrada hoje, torna-se relevante para essa monografia, uma vez que o poder decisório para a implementação de programas e procedimentos pedagógicos está sob a responsabilidade de cada unidade escolar, embora em muitos aspectos exista uma diretriz mais geral adotada pelas Secretarias Estadual e Municipais de Educação.

Com a descentralização do sistema educacional são as unidades escolares, por meio dos seus gestores, que passam a definir estratégias e propostas para a implementação do seu projeto pedagógico, levando-se em conta a clientela atendida e as características da comunidade em que a escola está inserida. Sendo assim, torna-se fundamental abordar nessa seção algumas questões relativas ao novo modelo de gestão escolar que, conforme determina a LDB/96, deverá ter a sua atuação pautada em ações mais democráticas e flexíveis.

A gestão escolar democrática, tida como princípio da educação nacional é capaz de permitir que os profissionais da área de educação atuem de maneira a contribuir com a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. E assim, contribuir com a formação plena dos alunos, para que eles sejam cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e para que venham a participar ativamente da vida em sociedade.

A autonomia escolar, conforme instituída pela LDB, refere-se à construção da identidade institucional, baseada na formação de capacidade organizacional da escola para elaborar o seu projeto educacional, para gerenciar diretamente os recursos destinados ao desenvolvimento e manutenção do ensino, bem como a execução dos mesmos, mediante adoção da gestão compartilhada. (PARENTE; LÜCK, 1999).

Segundo as mesmas autoras, a descentralização e a autonomia da escola, como práticas que vêm se instituindo dentro dos sistemas educacionais públicos, apontam para a possibilidade de se contar com uma comunidade mais participativa, integrada e voltada para a busca de seus interesses ampliando, dessa forma, a capacidade de resposta a essas necessidades. (PARENTE; LÜCK, 1999).

De acordo com Wertheim (2002), tamanho desafio evidencia a importância da gestão escolar no planejamento para a obtenção de uma escola eficiente e eficaz. Ressalta-se assim, a necessidade de uma gestão escolar aberta, flexível e que propicie condições para

que a direção estabeleça uma parceria com a comunidade local, bem como para que o professor se capacite visando o desenvolvimento de sua autonomia na busca de uma maior interação com seus alunos e com os outros profissionais da instituição de ensino.

Ainda conforme Wertheim (2002), esta parceria é relevante porque a escola reflete as condições sociais do meio em que está inserida. Localizada, muitas vezes, em comunidades carentes de recursos materiais e de políticas sociais básicas, a instituição espelha as tensões e os conflitos da comunidade a sua volta. Entretanto, a escola não apenas reflete o seu meio, mas também apresenta uma força transformadora cujas proporções, muitas vezes se desconhecem. “Longe de ser um elemento passivo, a escola, por meio de soluções simples e humildes, pode adquirir uma ressonância de elevada grandeza”. (WERTHEIM, 2002, p.7).

Sobre essa questão, os estudos desenvolvidos por Leite e Duarte (2005) sobre Educação e Desigualdade indicam que “num contexto de desenvolvimento desigual, como é o caso do Brasil, a educação ganha destaque, uma vez que é vista por analistas e agentes sociais como base fundamental de redução de diferenças e de mobilidade social”.

2.5 A Gestão Escolar no Projeto de Inovação da Educação em Minas Gerais

Como foi visto anteriormente nessa seção, a descentralização do sistema educacional brasileiro deslocou para os gestores das unidades escolares, o poder decisório sobre o planejamento pedagógico a ser adotado pela escola e o tipo de atendimento a ser dispensado à sua clientela. Sendo assim, o gestor escolar passa a ter a responsabilidade sobre a oferta do ensino na unidade.

No caso de Minas Gerais foi criado, dentro do processo de inovação do setor educacional, o Sistema Mineiro de Administração Escolar – SIMADE, que é “uma rede que contém dados e informações sobre o processo educativo e a gestão escolar de todas as unidades de ensino do estado. Trata-se de uma ferramenta inovadora e democrática construída para atender às necessidades de uma gestão escolar prática e eficaz para todos” (SEE/MG, Revista SIMADE, 200-).

Uma vez que essa monografia trata de tema referente à oferta da Informática nas escolas estaduais de Minas Gerais, torna-se necessário apresentar, antes de tudo, um breve histórico sobre a utilização da Informática na Educação no Brasil, bem como apontar os aspectos relevantes da operacionalização de tais programas visando resultados

satisfatórios e ainda trazer informações gerais sobre o ProInfo, o programa descentralizado do governo federal criado com esse objetivo, o que será abordado na próxima seção.

3

A INFORMÁTICA COMO FATOR FACILITADOR DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL

É importante salientar, nessa altura da monografia, que a oferta da Informática como ferramenta de apoio ao processo de aprendizagem é descrita pela SEE/MG como um recurso inovador que “facilita a circulação e armazenamento de informações além de multiplicar as possibilidades de utilização do saber e abre ao gestor a possibilidade de dar continuidade ao seu próprio processo de aprendizagem e de toda a escola” (SEE/MG, Revista SIMADE, 200-, p. 8).

Essa seção trata da oferta da Informática como importante ferramenta no processo de escolarização no Brasil, que começou como um mecanismo de apoio ainda sofisticado e distante da realidade da grande maioria da população de estudantes nos anos 70, e que hoje pode ser acessível aos alunos das escolas públicas de ensino básico de todo o país.

Nesta perspectiva, essa seção será dividida em itens que objetivam dar um panorama sobre a evolução da utilização da Informática como apoio de fundamental

importância nos processos educativos, a começar por um breve histórico sobre a relação Informática e Educação no Brasil.

3.1 A Informática e o processo de escolarização no Brasil: um breve histórico

A História da Informática na Educação no Brasil data de mais de 30 anos. Nasceu no início dos anos 70, a partir de algumas experiências na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Universidade Federal do Rio Grande do SUL - UFRGS e da Universidade de Campinas - UNICAMP. Nos anos 80, se estabeleceu através de diversas atividades que permitiram que essa área começasse a criar uma identidade própria, raízes sólidas e relativa maturidade. Apesar das qualidades inerentes ao computador, a sua disseminação nas escolas públicas de ensino fundamental parece estar aquém do que se espera como ferramenta de auxílio no processo da aprendizagem. Para ser consolidada no sistema educacional brasileiro e produzir o resultado esperado, o uso da Informática na Educação ainda precisa impregnar as idéias dos educadores e das autoridades do setor. É necessário investimento em infraestrutura para laboratórios nas escolas, e oferta de cursos de capacitação e treinamento para professores e monitores para a utilização adequada e eficiente do computador (VALENTE e ALMEIDA, 1997).

Como mencionado anteriormente, dentre os programas descentralizados do governo federal está o ProInfo, que institui a entrada dos computadores nas escolas públicas do Brasil e como consequência, o acesso dos alunos às novidades da tecnologia a serviço da educação. Maiores informações sobre o ProInfo serão dadas no item 2.2 dessa sessão.

3.2 A Informática e a educação no Brasil

O que se entende por Informática na Educação? Essa é uma indagação pertinente, uma vez que o termo *Informática na Educação* tem assumido diversos significados dependendo da visão educacional e da condição pedagógica em que o computador é utilizado.

De acordo com Valente e Almeida (1997), Informática na Educação significa a inserção do computador no processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares de todos os níveis e modalidades de educação. Para tanto, o professor da disciplina curricular deve ter conhecimento sobre os potenciais educacionais do computador e ser capaz de alternar adequadamente atividades tradicionais de ensino-aprendizagem e atividades que usam o computador.

No entanto, os autores chamam a atenção para o fato de que a atividade de uso do computador na disciplina curricular pode ser feita, tanto para continuar transmitindo a informação para o aluno - e, portanto, para reforçar o processo tradicional de ensino (processo instrucionista) - quanto para criar condições para o aluno construir seu conhecimento por meio da criação de ambientes de aprendizagem que incorporem o uso do computador (processo construcionista).

José Armando Valente e Fernando José de Almeida (1997) afirmam que a utilização da Informática na Educação no Brasil data de mais de 30 anos. A partir do momento que o Governo Federal cria condições para a disseminação da Informática na Educação, é extremamente oportuna a reflexão sobre essa longa caminhada e a compreensão de como essa disseminação pode ser efetivamente mantida, considerando-se propostas competentes e viabilizadas pela comunidade científica e educacional.

Estudo desses autores sobre essa questão sugere que existem alguns entraves que estariam impedindo que a atuação do programa seja plenamente positiva: além da falta de verbas, outros fatores responsáveis pelos ainda tímidos resultados da utilização da Informática nas escolas públicas de ensino fundamental seria a preparação inadequada de professores, e a resistência de muitos deles em vista dos objetivos de mudança pedagógica propostos pelo programa.

De acordo com Valente e Almeida (1997), o uso do computador na educação, no Brasil, teve início com algumas experiências em universidades, no princípio da década de 70. Na UFRJ, em 1973, o Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde e o Centro Latino-Americano de Tecnologia Educacional (NUTES/CLATES) usou o computador no ensino de Química, através de simulações. Na UFRGS, nesse mesmo ano, realizaram-se experiências com simulação de fenômenos de física com alunos de graduação. O Centro de Processamento de Dados desenvolveu o software SISCAI para avaliação de alunos de pós-graduação em Educação. Em 1974 UNICAMP, desenvolveu um software, tipo CAI, para o ensino dos fundamentos de programação de linguagem BASIC, usado com os alunos de pós-graduação em Educação, produzido pelo Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação, coordenado pelo Prof. Ubiratan D'Ambrósio e financiado pela Organização dos Estados Americanos. Em 1975, foi produzido o documento “Introdução de Computadores no Ensino do 2.º Grau”, financiado pelo Programa de Reformulação do Ensino (PREMEN/MEC).

A implantação do programa de informática na Educação no Brasil inicia-se com o primeiro e segundo Seminário Nacional de Informática em Educação, realizados respectivamente na Universidade de Brasília em 1981 e na Universidade Federal da Bahia em 1982. Esses seminários estabeleceram um programa de atuação que originou o EDUCOM e uma sistemática de trabalho diferente de quaisquer outros programas educacionais iniciados pelo MEC. A função do MEC seria a de acompanhar, viabilizar e implementar essas decisões.

3.3 ProInfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

O ProInfo é um programa educacional criado pela Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997, pelo Ministério da Educação, para promover o uso da informática na rede pública de ensino fundamental e médio como instrumento de apoio pedagógico e de modernização da gestão escolar. Para tanto, têm sido desenvolvidas ações de capacitação de recursos humanos e aquisição de equipamentos de informática e softwares (CASTRO et al., 2000, p. 20).

De acordo com as informações do site www.portal.mec.gov.br (acesso em 14/02/2009). o ProInfo é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do Departamento de Infra-Estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. O programa funciona de forma descentralizada, sendo que em cada Unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual do ProInfo, cuja atribuição principal é a de introduzir o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas da rede pública, além de articular as atividades desenvolvidas sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs).

3.4 O papel do computador no processo educacional

O papel a ser desempenhado pelo computador no processo educacional é o de provocar mudanças pedagógicas profundas ao invés de “automatizar o ensino” ou preparar o aluno para ser capaz de trabalhar com o computador, ou seja, a perspectiva é de se criar ambientes educacionais usando o computador como recurso facilitador do processo de aprendizagem. O grande desafio seria a mudança da abordagem educacional: transformar uma educação centrada no ensino, na transmissão da informação, para uma educação em que o aluno pudesse realizar atividades através do computador e, assim, aprender.

Embora a mudança pedagógica tenha sido o objetivo de todas as ações dos projetos de informática na educação, os resultados obtidos nas escolas públicas de ensino fundamental, no Brasil, ainda não foram suficientes para sensibilizar ou alterar o sistema educacional como um todo.

Somente através das análises das experiências realizadas é que se evidencia que a promoção dessas mudanças pedagógicas não depende simplesmente da instalação dos computadores nas escolas. É necessário repensar a questão da dimensão do espaço e do tempo da escola. A sala de aula deve deixar de ser o lugar das carteiras enfileiradas para se tornar um local em que professor e alunos possam realizar um trabalho diversificado em relação a conhecimento e interesse. O papel do professor deixa de ser o de ‘entregador’ de

informação para ser o de ‘facilitador’ do processo de aprendizagem. O aluno deixa de ser passivo, de ser o receptáculo das informações para ser ativo aprendiz, construtor do seu conhecimento (VALENTE e ALMEIDA, 1997).

Segundo os autores, embora as questões envolvidas na implantação da informática na escola estejam mais claras hoje, as nossas ações no passado não foram voltadas para o grande desafio dessas mudanças. Mesmo hoje, as ações são incipientes e não contemplam essas mudanças. Isso pode ser notadamente observado nos programas de formação de professores para atuarem na área da informática na educação que ainda hoje são realizadas.

Ainda nesse contexto, a formação de professores em Informática na área da educação tem sido feita por meio de cursos que requerem a presença continuada do professor em formação. Isso significa que o professor em formação deve deixar sua prática pedagógica ou compartilhar essa atividade com as demais exigidas pelos cursos de formação. Além das dificuldades operacionais causadas pela remoção do professor da sala de aula, os cursos de formação realizados em locais distintos daquele do dia-a-dia do professor acarretam ainda outros problemas: em primeiro lugar, esses cursos são, muitas vezes, descontextualizados da realidade do professor. O conteúdo dos cursos de formação e as atividades desenvolvidas são propostas que ocorrem independentemente da situação física e pedagógica daquela em que o professor vive. Em segundo lugar, esses cursos, na maioria dos casos, não contribuem para a construção de um ambiente tanto físico quanto

profissional favorável à implantação das mudanças educacionais desejadas, no local de trabalho do professor. Em geral, o professor termina o curso e volta para a sua prática pedagógica encontrando obstáculos imprevistos ou não considerados no âmbito idealista do curso de formação; quando não, um ambiente hostil à mudança. (VALENTE e ALMEIDA, 1997).

Por outro lado, é impossível imaginar que os professores, somente com os conhecimentos adquiridos em cursos, na maioria das vezes, de curta duração, estariam preparados para enfrentar situações difíceis e/ou seriam capazes de implantar as mudanças educacionais almejadas. Como Ackermann (1990), apud Valente e Almeida (1997) afirma, a aplicação de um conhecimento requer um outro tipo de conhecimento. “A aplicação desse conhecimento deve ser exercitado de modo a aprender como usá-lo em diferentes situações”. Os cursos de formação dificilmente oferecem condições para que os professores aprendam, efetivamente, a usar o computador. A esses professores não resta muitas alternativas a não ser se acomodarem ou abandonarem o seu ambiente de trabalho. Resultado: as mudanças desejadas não são alcançadas e ainda se contribui para o fracasso dos cursos de formação de professores.

Segundo José Valente e Fernando Almeida (1997), as experiências de implantação da informática na escola têm mostrado que a formação de professores é fundamental e exige uma abordagem totalmente diferente. Primeiro, a implantação da informática na escola envolve muito mais do que prover o professor com conhecimento sobre computadores ou metodologias de como usar o computador na sua respectiva

disciplina. Existem outras barreiras que nem o professor nem a administração da escola conseguem vencer sem o auxílio de especialistas na área.

Não se trata de criar condições para o professor dominar o computador ou o software, mas sim auxiliá-lo a desenvolver conhecimento sobre o próprio conteúdo e sobre como o computador pode ser integrado no desenvolvimento desse conteúdo. Mais uma vez, a questão da formação do professor mostra-se de fundamental importância no processo de introdução da informática na educação, exigindo soluções inovadoras e novas abordagens que fundamentem os cursos de formação.

Essa seção tratou dos aspectos fundamentais para que sejam implementados programas de Informática eficientes nas escolas públicas com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos alunos e que apresentem resultados satisfatórios.

Na próxima seção será apresentada a escola selecionada para a realização do estudo de caso que fornecerá os dados a serem aqui analisados sobre como está sendo desenvolvido o Programa de Informática implantado naquela escola como apoio ao processo de aprendizagem, o que permitirá fazer uma projeção de como estaria ocorrendo a oferta da Informática nas escolas públicas de ensino fundamental em Minas Gerais, objetivo principal dessa monografia.

4

A INFORMÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO BÁSICO EM MINAS GERAIS: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL “Y” E A OFERTA DO PROGRAMA ‘FORMAÇÃO INICIAL PARA O TRABALHO - FIT’

Essa monografia tem como objetivo analisar a oferta da Informática nas escolas de ensino fundamental da rede pública estadual de Minas Gerais.

Para tanto, foi escolhida uma escola para o Estudo de Caso e onde foi feita a coleta dos dados a serem analisados. Para a realização da pesquisa proposta para esse trabalho, utilizou-se da técnica de Estudo de Caso, por permitir o conhecimento mais aprofundado de situações típicas do objeto de estudo com levantamento de dados quantitativos e qualitativos de diferentes fontes.

Será aqui utilizado nome fictício para o estabelecimento de ensino onde se desenvolveu a pesquisa para se resguardar a sua identidade e também a dos seus gestores, professores, funcionários e alunos.

4.1 A Escola Estadual “Y”- Estrutura Física e Recursos Humanos

Para que ocorra uma oferta satisfatória do ensino nas escolas, tão importante quanto o modelo de gestão adotado é também o espaço físico disponível na unidade. Esse é um fator que deve ser levado em conta quando se deseja analisar o desenvolvimento das atividades previstas pelo Plano Político-Pedagógico da instituição.

De acordo com analistas sociais e estudiosos sobre as políticas educacionais, existe uma relação direta entre adequação do espaço físico e equipamentos disponíveis nas escolas e o nível de aprendizagem e de motivação para os estudos de seus alunos. As condições de funcionamento do prédio onde são desenvolvidas as atividades escolares podem interferir no aprendizado dos alunos: prédios limpos, com serviço de manutenção (hidráulica e elétrica) periódica, equipados de recursos materiais e pedagógicos (biblioteca, aparelhos de vídeo e televisão, computadores), espaço próprio para a prática do esporte e lazer, refeitório mobiliado, salas de aulas arejadas e espaçosas com o mobiliário necessário em boas condições de uso e em número suficiente, espaço adequado para a instalação do laboratório de informática, seriam alguns componentes considerados ideais quando se deseja um ambiente bem preparado para o desenvolvimento satisfatório das atividades escolares. (LEITE, 2001, p. 78)

De acordo com o Regimento Escolar (2005), a Escola Estadual “Y” é uma antiga escola criada em 1954 na Vila Moeda (hoje, o município de Moeda), distante 55 Km de Belo Horizonte.

Em 1957 passou a Grupo Escolar, por força o do Decreto 4768 de 20 de 1955. Inicialmente funcionou em prédio alugado e em 1966, foi inaugurado o prédio definitivo com uma área de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), construído pela CARPE com recursos do governo do Estado.

A Escola começou funcionando com o atendimento voltado apenas para alunos do então 1º Grau (escola primária e ginásio). O atendimento ao Ensino Médio Regular na escola se deu quando a oferta desse nível de ensino passou a ser de responsabilidade da rede estadual conforme determinado pela Constituição Federal de 1998, ou seja, a partir do momento em que o Ensino Médio municipal foi “estadualizado”. No caso da Escola “Y”, essa adequação às novas normas da legislação vigente ocorreu através dos Pareceres de Autorização CEE n.º224/99, conforme Processo 24460 itens de 1 a 7) e CEE n.º27461 (itens de 1 a 3); Memorando G.S. de março de 1999, do sub-secretário de Desenvolvimento Educacional, embasado no Parecer n.º 224/99 que autoriza “o início das atividades do Ensino Médio Comum Geral da Escola Estadual “Y”.

A Escola está localizada na região central de Moeda, um dos municípios que integra a RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte). É uma escola considerada pela literatura como de tamanho médio, que são as unidades que contam com número entre 5 e 9 salas de aula, de acordo com Leite (2001, p. 78). Possui na sua estrutura física: 1(uma) quadra cimentada (descoberta), 1 (uma) sala da Diretoria com 1(um) banheiro, 1 (uma) sala da Secretaria, 1(uma) sala de Informática, 1 (uma) sala de professores (com 1 banheiro feminino e 1 banheiro masculino) 1 (uma) cantina, 1(um) refeitório, 1(uma) sala de depósito de alimentos, 7 (sete) salas de aulas e banheiros para os alunos (1 masculino e 1 feminino), conforme mostra o quadro 4.1.

Quadro 4.1 Estrutura Física da Escola Estadual “Y”
2009

Espaços Específicos	SIM	NÃO	Quantidade
Sala da diretoria	x		1
Sala Professores	x		1
Secretaria	x		1
Sala de aula	x		7
Sala de Informática	x		1
Cantina	x		1
Refeitório	x		1
Dispensa Dep. alimentos	x		1
Banheiros p/ alunos	x		1 masc. 1 fem.
Banheiros p/ funcionários	x		1 masc. 1 fem.
Área lazer cimentada	x		1
Biblioteca		x	

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Com relação aos recursos humanos, a unidade de ensino conta atualmente com os seguintes funcionários: diretora, vice-diretora, supervisoras, professores, secretária e auxiliares de educação (auxiliares de secretaria), auxiliares de serviços básicos, excedentes em função de professor, excedente na função uso da biblioteca, excedentes a disposição na recuperação de alunos e excedente aproveitada no apoio pedagógico, num total de 47 funcionários (ver quadro 4.2).

Quadro 4.2 Profissionais que atuam na Escola Estadual “Y”
2009

CARGO / FUNÇÃO	NUMERO DE PROFISSIONAIS POR ÁREA DE ATUAÇÃO
Diretora*	1
Vice diretora *	1
Supervisora *	2
Professor (a)	25
Secretária	1
Auxiliares de Secretaria	2
Auxiliares de serviços básicos	9
Excedente na função de professor	3
Excedente a disposição na recuperação de alunos	1
Excedente na função de apoio pedagógico	2
Excedente na função uso da biblioteca	1
Total de funcionários que atuam na EE “Y”	47

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

* Profissionais que compõem a equipe de gestão da EE “Y”

Os serviços que ficam sob a responsabilidade da Secretaria serão executados pela Secretária e pelos Auxiliares de Educação (auxiliares de secretaria) em conformidade com a legislação vigente serão apontados a seguir:

Compete aos auxiliares de Educação:

- I – executar tarefas administrativas referentes a sua função;
- II – executar serviços gerais de datilografia ou digitação;
- III – receber, classificar, expedir, protocolar, distribuir e arquivar documentos gerais;
- IV – atender prontamente ao público em geral, prestando informações e transmitindo avisos e esclarecimentos;
- V – atender à equipe técnica e aos professores nas atividades que estejam relacionadas ao serviço da secretaria;
- VI – executar demais atribuições que lhe forem confiadas pela Direção diretamente pela Secretária;
- VII – divulgar resultados bimestrais e finais para os alunos;
- VIII – conferir listagens de enturmação no início do ano;
- IX – organizar os diários professores;
- X – manter sigilo sobre informações confidenciais. (LDB/96)

A Escola funciona com atendimento a alunos do Ensino Fundamental Regular (apenas das séries finais, do 6º ao 9º ano), Ensino Médio Regular (1º ao 3º ano), EJA (Educação de Jovens e Adultos) nos níveis de Ensino Fundamental de 5ª à 8ª séries e de Ensino Médio e 2 (duas) turmas do Projeto Acelerar para Vencer – uma que oferece as 5ª e 6ª séries e outra para a 7ª e 8ª séries em regime semestral para cada série⁵.

O regime da oferta de cada nível de ensino na EE “Y” está especificado no quadro 4.3.

⁵ Projeto “Acelerar para Vencer” visa à aceleração da aprendizagem para alunos do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, em conformidade com a Resolução de nº 1033 de 17 de janeiro de 2008 da SEE/MG, que determina a sua implantação em escolas da rede pública estadual de ensino. Tal projeto está previsto para ser oferecido em 200 dias letivos anuais, com uma carga horária de 800 horas, para desenvolvimento dos conteúdos da Base Nacional Comum e construção das capacidades e habilidades necessárias ao avanço dos alunos. (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2008)

Quadro 4.3 Oferta de Ensino na Escola Estadual “Y”
2009

NÍVEL DE ENSINO	SÉRIE/ ANO	REGIME DA OFERTA
Ensino Fundamental Regular	6 ^a à 9 ^a séries	Ano letivo regular
Ensino Médio Regular	1 ^o ao 3 ^o ano	Ano letivo regular
EJA – ensino fundamental	5 ^a à 8 ^a séries	3 períodos anuais
EJA – ensino Médio	1 ^o período/ 2 ^o e 3 ^o períodos	Anual (1 ^o período); Semestral (2 ^o e 3 ^o períodos)
Projeto Acelerar para Vencer	5 ^a e 6 ^a séries	Semestral, por série
Projeto Acelerar para Vencer	7 ^a e 8 ^a séries	Semestral, por série

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Com relação ao número de alunos, a escola contava, em agosto de 2008, com 712 alunos matriculados, distribuídos nos vários níveis de ensino, como mostra o quadro 4.4.

Quadro 4.4 Número de alunos matriculados na Escola Estadual “Y” , por nível de ensino
2008

NÍVEL DE ENSINO	NÚMERO DE ALUNOS	REGIME DA OFERTA
Ensino Fundamental Regular	379	Ano letivo regular
Ensino Médio Regular	142	Ano letivo regular
EJA – ensino fundamental	45	3 períodos anuais
EJA – ensino Médio	102	Anual 1 ^o ano/ semestral (2 ^o e 3 ^o anos)
Projeto Acelerar para Vencer (5 ^a e 6 ^a)	22	Semestral, por série
Projeto Acelerar para Vencer (7 ^a e 8 ^a)	22	Semestral, por série
Total de alunos	712	Níveis de ensino variados

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Com relação ao funcionamento da unidade escolar, a Secretaria teria por finalidade, organizar os serviços de escrituração escolar da unidade e executar e controlar

as normas administrativas, documentação e arquivos escolares, de acordo com o Regimento Interno (2005).

Ao implantar a EJA (Educação de Jovens e Adultos), a Escola Estadual “Y” criou o Adendo ao Regimento para cumprir as leis vigentes a essa modalidade de ensino. Na organização curricular dessa modalidade (quadro 4.5), foram observados os componentes definidos pela LDB/96 - (Lei nº 9394 – Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1996) nas seguintes áreas do conhecimento:

Quadro 4.5 Currículo do EJA – Ensinos Fundamental e Médio

Grade do EJA pra o Ensino Fundamental:	Grade do EJA para o Ensino Médio
a) Língua Portuguesa b) Língua Estrangeira Moderna c) Matemática d) Ciências e) Geografia f) História g) Educação Artística (LDB/96)	a) Linguagem, Código e suas Tecnologias Língua Portuguesa Língua Estrangeira Moderna Arte b) Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Matemática Física Biologia Química c) Ciências Humanas e suas Tecnologias. Geografia História

Fonte: LDB/96

4.2 Escola Estadual “Y” – Organização Pedagógica

A Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, no uso de sua competência e tendo em vista o disposto da alínea b, inciso V, do artigo 24 da LDB/96, no que se refere à gestão escolar das unidades de ensino sob a sua responsabilidade, passa a ter como objetivo:

- a) aumentar a proficiência média dos alunos do Ensino Fundamental;
- b) reduzir, progressivamente, as taxas de distorção idade/ano de escolaridade;
- c) promover a aquisição de competência e habilidades básicas indispensáveis ao sucesso do aluno na vida e na escola;
- d) fortalecer a auto-estima dos alunos, inserindo-os no ano escolar adequado para prosseguimento dos estudos;
- e) oferecer um currículo diversificado como forma de garantir a todos um patamar comum de qualidade na conclusão de estudos. (LDB/96)

4.2.1 A Gestão Escolar na Escola “Y”

No sentido de viabilizar um ensino de qualidade na sua unidade, a administração da Escola “Y” é feita por meio de uma gestão compartilhada entre a direção, a equipe pedagógica, o Colegiado Escolar e a Associação de Pais e Mestres. A Escola vem tentando abrir as portas para a maior participação da comunidade local, por entender que esse é o melhor caminho para que a população usuária se sinta ainda mais envolvida com os projetos e as propostas de trabalho conjunto que podem estabelecer entre si, fazendo

com que os pais se interessem mais pela vida escolar dos filhos e passem a ter a escola como um ponto de referência e de apoio para a população residente nas suas imediações.

Como resultado dessa parceria entre direção, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar em geral, a Escola “Y” é considerada pela sua clientela e também pelas autoridades da área da Educação, como muito bem administrada e a sua gestão, avaliada como eficiente e comprometida com a qualidade do ensino e a valorização do seu entorno.

A forma de organização implantada pela atual gestão da escola tem por objetivo:

- a) desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- b) desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores;
- c) desenvolver capacidades e competências mínimas para produtividade do século XXI;
- d) fortalecer os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana, tolerância e respeito,
- e) desenvolver um processo educativo construtivo não receptivo e repetitivo;
- f) contextualizar os conteúdos curriculares e promover a maior diversificação dos procedimentos didáticos;
- g) promover na escola, um clima favorável ao desenvolvimento dos valores éticos, respeito ao outro, considerando crença, raça, cor, sexo, com observância dos limites exigidos para formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade atual. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – Escola “Y”, 2008-2009)

Em 2008, a EE “Y” passou a participar do Projeto Aceleração da Aprendizagem “Acelerar para Vencer”, voltado para alunos do ensino fundamental da rede pública estadual de ensino, implementado pela Resolução nº 1033 de 17 de janeiro de 2008, visando contemplar os objetivos estabelecidos pela LDB/96 e citados no primeiro parágrafo do item 4.2 dessa Seção.

O projeto prevê a organização curricular distribuída em 200 dias letivos anuais para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, com uma carga horária de 800 horas, para o desenvolvimento dos conteúdos da Base Nacional Comum e a construção das capacidades e habilidades necessárias ao avanço dos alunos.

A Aceleração de estudos funcionará mediante o regime de progressão continuada, como estratégia pedagógica para melhor acompanhamento do progresso contínuo do aluno e será exigida do aluno a frequência obrigatória de 75% (setenta por cento) da carga horária total do período letivo.

Na organização curricular do Projeto Aceleração da Aprendizagem Ensino Fundamental serão estudadas as disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira – Inglês, Matemática, Ciências, História, Geografia. E as disciplinas: Educação Física (Atividades Esportivas), Artes (Atividades Artísticas e Culturais); e Ensino Religioso (Atividades de Ética e Cidadania serão trabalhadas em forma de Projetos).

A partir do ano de 2008, de acordo com a Resolução da SEE/MG de nº1025 de 26 de dezembro de 2007, houve alteração na grade curricular para os alunos do 2º e 3º anos do Ensino Médio que passou a ter conteúdos diferenciados com ênfase nas áreas das ciências humanas, exatas e biológicas, o que possibilitou aos alunos dessas séries o despertar para os seus interesses e decidirem por cursar as disciplinas mais diretamente relacionadas com suas habilidades e competências.

Tal situação tenderia a levar o aluno a se sentir mais motivado para desenvolver suas atividades escolares com dedicação com o objetivo de dar continuidade à busca de conhecimentos em determinada área, o que, como consequência, o levaria a se identificar cada vez mais com o ambiente escolar o que certamente diminuiria consideravelmente os índices de evasão e abandono e a baixa taxa de alunos que concluem o ensino médio em escolas da rede pública estadual, conforme foi mencionado anteriormente nessa monografia.

De acordo com o resultado das avaliações externas de 2007, a Escola “Y” foi incluída, na rede de *Escolas Referencias*^{6/7} e por causa disso, passou a oferecer aos seus

⁶ No ano de 2007, dado o excelente resultado obtido na avaliação feita pela SEE/MG das escolas estaduais de ensino médio, a Escola “Y” dentre as escolas da Superintendência Metropolitana – A, foi a única ranqueada nessa avaliação.

alunos do Ensino Médio o projeto Aprofundamento de Estudos que têm como objetivo melhorar o desempenho acadêmico dos alunos e prepará-los para vestibulares e provas de seleção.

De acordo com a política da SEE/MG para as escolas com bom desempenho e classificadas como *Referência*, a Escola “Y” passou a ter o direito de participar do Programa de Formação Inicial para o Trabalho – FIT, com a oferta de cursos para os alunos e como instrumento de capacitação para os professores, em 6 (seis) cursos.

4.3 O Programa de Formação Inicial para o Trabalho – FIT e a sua oferta na Escola Estadual “Y”

Considerando-se o elevado número de jovens em Minas Gerais submetidos a condições adversas de vida, o que seguramente afeta negativamente a sua trajetória escolar,

⁷ O Projeto Escolas-Referência tem um foco bem definido: reúne escolas que, pelo trabalho que vêm realizando, conseguiram alcançar o reconhecimento da comunidade em que atuam. São 220 escolas, com mais de 350 mil alunos, escolhidas dentre as maiores e mais tradicionais de Minas, distribuídas por mais de 100 municípios que abrangem 65% da população do Estado. Cada uma dessas escolas escolhe uma outra como associada, com a finalidade de estender os benefícios do projeto, as boas idéias e práticas educativas, a um número maior de escolas e de alunos. O compromisso do Projeto Escolas-Referência é com o ideal da construção de uma escola pública de excelência para todos. O desafio é tornar a escola pública capaz de assegurar a todos o direito constitucional à educação, entendido não apenas como o direito de acesso e permanência na escola, mas como a garantia das condições formadoras necessárias à construção dos próprios instrumentos de conhecimento. (SEE/MG, Projeto Escolas em Rede, 200-)

verificou-se a necessidade de serem implementadas políticas públicas mais direcionadas a esse segmento da sociedade.

Nesse sentido, o estado criou, na área da Educação, o Programa de Educação Profissional de Minas Gerais (PEP), com o objetivo de preparar os jovens para enfrentarem os desafios do mundo do trabalho, auxiliando-lhes na descoberta de suas capacidades e potencialidades.

Em 2005, a SEE/MG iniciou a oferta de cursos de Formação Inicial para o Trabalho – FIT, para educadores e alunos das Escolas Referência. O FIT é voltado para a oferta de Informática nas escolas. Após a implantação destes cursos nos últimos dois anos e da criação de mais de 3.000 laboratórios de Informática, o programa foi expandido para todas as escolas estaduais que oferecem o ensino médio. (Informativo FIT-SENAC, 1º sem / 2008).

Uma grande preocupação do setor educacional é a constatação de que é bastante elevado o índice de evasão e abandono e muito baixa a taxa de conclusão de alunos do ensino médio nas escolas pública do estado, o que evidencia que “a escola está muito longe de corresponder às expectativas dos jovens e agregar à sua formação básica a possibilidade de formação profissional é uma das medidas indispensáveis para tornar a escola mais alinhada com os seus interesses” (SEE/MG; SENAC, 200-).

Para tanto, foram desenvolvidos pela SEE/MG nove cursos na área da Informática, todos com duração entre 40 e 80 horas. Desses, seis serão oferecidos pelo FIT na Escola “Y”, a saber: OPEN OFFICE – WRITER; LINUX; MULTIMÍDIA NA EDUCAÇÃO – IMPRESS; COMPUTAÇÃO GRÁFICA; ILUSTRAÇÃO DIGITAL – GIMP e OPENOFFICE-CALC, para implantação das turmas. Investir nessa formação poderá enriquecer o currículo dos alunos e capacitá-los melhor para o mercado de trabalho.

O FIT é voltado para os alunos do Ensino Médio, mas alguns cursos podem ser ofertados para os alunos do 8º ano e 9º ano (antiga 7ª e 8ª séries). Todos os alunos que se inscrevem para fazer o FIT, devem optar por pelo ao menos 02 (dois) conteúdos, uma vez que serão considerados como disciplinas e parte integrante da Matriz Curricular e será registrado no histórico do aluno na chamada ‘parte diversificada’ do currículo. Caso algum aluno deseje cursar mais dos dois conteúdos obrigatórios, não há impedimento, mas apenas dois serão considerados pela grade curricular.

A possibilidade dos cursos de Formação Inicial para o Trabalho serem incluídos como disciplina na parte Diversificada do currículo do ensino médio se constitui em um esforço de transformação desse nível de ensino nas escolas estaduais de Minas Gerais, visando à preparação do aluno que se encontra nessa etapa do processo de escolarização para a sua inserção no mercado de trabalho e/ou à continuidade dos seus estudos de maneira mais competitiva.

Com relação aos professores, são os docentes da própria unidade escolar que ministrarão as aulas previstas pelo programa. Para tanto, é necessário que esses professores participem como alunos dos mesmos módulos oferecidos pela escola para os estudantes, sendo que existe uma diferença entre a oferta dos cursos como instrumento de capacitação (para os docentes) e como disciplina que integra o currículo do aluno: enquanto os alunos podem se inscrever em dois ou mais módulos, os professores poderão optar por apenas um deles. De acordo com informações da escola, o professor é autorizado a frequentar apenas um dos módulos do programa, pelo fato de ter que se ausentar da sala de aula para fazer o curso, o que prejudica a oferta dos conteúdos que são ministrados seguindo um plano de trabalho previamente determinado. Uma vez que os módulos são de curta duração (no máximo 80 horas distribuídos em 4 h/dia), a gestão da escola entendeu que o mais apropriado seria então estipular uma escala de datas para que esses profissionais possam se revezar entre a sala de aula e a frequência ao curso, situação que viabiliza a participação do docente em ambas as atividades de maneira satisfatória.

Quanto à certificação dos cursos, após o término das aulas, o professor deverá gerar o certificado dos alunos. Estarão aptos a receber o certificado aqueles que atenderem às seguintes condições: forem bem avaliados pelo professor, com base em critérios definidos pelo programa e tiverem frequentado, no mínimo, 85% do total da carga horária. Os certificados serão assinados pelo o diretor da escola e pelo(s) professor(es) dos módulos.

Uma vez apresentado o ambiente escolar onde foi desenvolvida a pesquisa de campo que deu suporte à investigação proposta por essa monografia, a próxima seção tratará da análise dos dados coletados.

5

ANÁLISE DOS DADOS

Para facilitar a compreensão dos aspectos que foram trabalhados na pesquisa de campo, optou-se por dividir a análise dos dados coletados em itens que serão apresentados a seguir:

5.1 Análise dos dados relativos ao ambiente escolar pesquisado

A pesquisa de campo desenvolvida na Escola Estadual “Y” com o objetivo de coletar os dados para serem aqui analisados, ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2008 e fevereiro e março de 2009.

Como anteriormente mencionado, foi aqui utilizada a técnica de Estudo de Caso por permitir o conhecimento mais aprofundado de situações típicas do objeto de estudo com levantamento de dados quantitativos e qualitativos de diferentes fontes.

Os instrumentos de coleta de dados foram: entrevista com a diretora da unidade de ensino pesquisada, questionários aplicados às supervisoras e a professores envolvidos com a oferta do FIT e a alunos inscritos no programa, além da observação *in loco* feita pela pesquisadora. O roteiro da entrevista e os modelos dos questionários utilizados estão na seção Anexos dessa monografia.

As perguntas colocadas na entrevista e nos questionários focaram especialmente questões relacionadas ao tipo de gestão da escola, ao perfil da clientela atendida, à relação da escola com a comunidade local e à oferta do FIT na unidade, entendendo-se ser importante colher algumas informações sobre o ambiente escolar da EE “Y” para se analisar em que medida esses fatores podem incidir positivamente (ou não) na oferta de um programa extra classe como o FIT e nos resultados esperados a partir da sua implantação.

Participaram da pesquisa, a diretora da Escola Estadual “Y”, as 2 supervisoras (além dessas profissionais, a equipe responsável pela gestão da EE “Y” conta ainda com 1 vice-diretora), 5 professores da escola envolvidos com a oferta do FIT e 43 alunos dos 72 inscritos no programa. Do total de professores, em número de 6 (sendo cada um responsável pela oferta de 1 módulo), apenas 1 não respondeu ao questionário da pesquisa por ter se desligado da escola antes do início das aulas do FIT.

Serão analisadas, em primeiro lugar, as informações obtidas por meio da entrevista com a diretora e dos questionários respondidos pelas supervisoras (equipe de gestoras da escola). A diretora é graduada em Letras, trabalha na escola há 19 anos e está há 5 anos no cargo de diretora. Quanto às supervisoras, ambas são pedagogas, sendo que uma delas atua na EE "Y" há 11 anos enquanto a outra há 1 ano e meio apenas.

Os dados indicam que a escola é gerida de maneira compartilhada entre a equipe de gestores, composta por 1(uma) diretora, 1 (uma) vice-diretora, 2 (duas) supervisoras; o Colegiado, formado por representantes de pais, alunos, professores e funcionários da unidade escolar e a Associação de Pais.

Verifica-se, por meio das informações acima, que a Escola Estadual "Y" é administrada de forma adequada e está de acordo com o que indicam os estudos mais recentes sobre o modelo ideal de gestão escolar nos dias de hoje. Nesse sentido, autores como Parente e Lück (1999), citados na Seção 1 dessa monografia, afirmam que autonomia escolar, conforme instituída pela LDB, refere-se à construção da identidade institucional, baseada na formação de capacidade organizacional da escola, não apenas para elaborar, mas também para gerenciar o seu projeto educacional, mediante adoção da gestão compartilhada.

Com relação ao perfil da clientela atendida, as informações das gestoras mostram que apenas 30% dos alunos moram na área urbana de Moeda e os outros 70% são provenientes da zona rural. Na sua grande maioria, são filhos de pais assalariados (renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos), sendo que muitas famílias participam do Programa Bolsa Família. A diretora mencionou o fato das famílias serem constituídas, na sua maioria, por pai e mãe morando juntos, o que de certa forma chama a atenção, uma vez que os diagnósticos mais recentes sobre a relação ‘família e educação’ apontam para o crescimento do número de famílias monoparentais chefiadas pelas mulheres (as mães), situação que incide, muitas vezes de forma negativa, no desempenho escolar dos filhos. (LEITE, 2001, p.52).

Ainda sobre as famílias dos alunos, a diretora menciona que “os pais, muitas vezes não julgam a educação importante”, o que pode justificar, em parte, o fato de “haver muitos alunos desinteressados pelo estudo”, situação compartilhada também pelas supervisoras -“há falta de compromisso com a vida escolar dos filhos” - é a resposta de uma delas sobre a questão.

Os dados sobre a clientela atendida sinalizam que as escolas, nos dias atuais, têm a necessidade de exercer um papel que vai além do tradicional processo de ensino e aprendizagem sendo fundamental que a sua atuação ultrapasse os muros da instituição. O tipo da relação que a unidade de ensino estabelece com a comunidade local e, principalmente, com os pais, pode fazer a diferença no resultado do rendimento escolar dos

alunos e na importância da instituição como ponto de apoio e referência positiva para a população do seu entorno.

De acordo com as gestoras, em linha geral os alunos têm bom comportamento, embora existam alguns casos de indisciplina, mas que estão dentro de um limite de ‘normalidade’ levando-se em conta ser uma escola que oferece o ensino médio, com alunos adolescentes cuja faixa etária apresenta como característica própria da etapa do desenvolvimento, traços de rebeldia e de contestação. O relacionamento dos alunos entre si e dos alunos com os professores é considerado pela gestão da escola como bom.

Sobre a abertura da escola para que a comunidade utilize o seu espaço para celebrações próprias e/ou lazer e também sobre a participação da população local em eventos promovidos pela escola as informações dadas pelas gestoras mostram ser “mais ou menos” porque a escola tem uma estrutura física precária e “os espaços disponíveis não favorecem atividades para a comunidade. Mesmo assim, temos momentos culturais em que a comunidade é chamada a participar e responde satisfatoriamente”, diz a diretora.

As informações sobre a relação ‘escola – família – comunidade’ indicam a necessidade de uma maior aproximação dos pais e da comunidade local com a unidade escolar. Em seu relato, a diretora mencionou que até a sua chegada no cargo da direção

geral, a Escola Estadual “Y” era mais distante da comunidade e que foi a atual gestão que promoveu essa abertura que ainda se mostra tímida.

No entanto, embora não se possa caracterizar a relação escola – comunidade como ‘uma parceria’, como a literatura especializada e a própria legislação sobre setor educacional recomendam, os dados coletados na observação *in loco* indicam que aos poucos as pessoas da região estão se aproximando da escola, e ao encontrarem lá um ambiente acolhedor quando buscam ajuda para os problemas do dia a dia, passam a “ver a escola com outros olhos”.

Essa situação indica uma atuação democrática e aberta da direção da unidade que parece estar na direção certa, já que estudiosos sobre o setor educacional, citados na Seção 2 dessa monografia, apontam ser esse um modelo de gestão que oferece benefícios, não apenas para a população, mas também para a própria instituição. Desta maneira, ganha a escola, ganha a comunidade e ganham os alunos já que ao se aproximarem em busca de apoio, as famílias passam a confiar nos profissionais que lá atuam, a entender que esta não é uma seara distante e autoritária. Esse é um fato que pode incidir positivamente no rendimento escolar das crianças, uma vez que os pais e as famílias, ao estabelecerem essa ‘parceria’ com a instituição, passam a se interessar mais pela vida escolar dos filhos, por se sentirem parte integrante do processo. Nesse sentido, ‘ganham’ as crianças que sentem estimuladas pelos pais a se envolverem mais com os estudos e com a possibilidade de melhoria da sua condição de vida.

Algumas situações observadas pela pesquisadora nas visitas *in loco* podem ser exemplos claros da evolução dessa parceria, como por exemplo:

“a escola foi toda ‘arrumada’ por alguns pais de alunos que trabalham na construção civil como pedreiros e pintores. O prédio foi pintado recentemente e ao perceberem que não havia o nome do estabelecimento na fachada, esses pais foram atrás de um ex-aluno da própria escola que pinta letreiros e ele estampou a bandeira da escola e o nome da mesma na parede da entrada principal da escola” (Notas da pesquisadora – observação *in loco*, Escola Estadual “Y”, 2009).

Com relação aos professores que atuam no programa, num total de 6 profissionais destacados pela escola para ministrarem os módulos previstos, 5 deles (83%) participaram da pesquisa.

Os dados obtidos por meio das respostas dos questionários desses docentes indicam que apenas um deles está há mais de 5 anos trabalhando na EE “Y” (é professora da escola desde 2002); os demais têm entre 1 e 3 anos de atuação na escola. Todos têm curso superior, sendo que 2 possuem pós graduação.

As informações sobre a relação do professor com a escola (facilidades, desafios, dificuldades) mostram que 100% deles gostam de atuar na EE “Y” e têm uma relação de respeito e compromisso com a direção da unidade. Já no que se refere à relação dos professores entre si, as respostas indicam que, em geral, existe amizade e cooperação, embora um dos docentes pesquisados mencione a falta de união entre os professores.

Com relação às dificuldades e/ou desafios encontrados, as opiniões dos professores se dividem: um deles acha que a maior dificuldade é sensibilizar os alunos para o gosto pela busca do conhecimento; outro aponta a infra-estrutura precária da unidade escolar; a falta de interesse dos pais pelo processo de escolarização dos filhos é citada por um dos professores como um fator que impede o avanço da aprendizagem. E como informado acima, a falta de união entre os professores é indicada por um deles como “o único problema da escola”.

É provável que essa divergência de opiniões possa ser explicada, em parte, pelo pouco tempo de atuação dos professores na escola e a pela possível falta de um maior entrosamento entre eles e desses profissionais com as famílias dos alunos e com a comunidade local.

Quanto à participação das famílias no dia a dia da escola e ao acompanhamento das atividades escolares dos filhos, os professores foram unânimes em afirmar que “esse contato é raro e geralmente se limita a poucas reuniões e alguns eventos sociais, mas quando acontece é bom”. Embora não haja um contato constante, as opiniões dos professores apontam para uma relação de respeito entre a escola, os pais e a comunidade. Sobre o acompanhamento da vida escolar dos alunos pelas famílias, as respostas dos professores indicam que a maioria dos pais comparece à escola quando são chamados, mas não se pode afirmar que, paralelamente à atuação da escola, as famílias acompanhem mais

de perto o desenvolvimento das tarefas e o rendimento escolar dos filhos, ficando praticamente para a escola essa tarefa de motivá-los e fazê-los render satisfatoriamente.

Verifica-se que os dados obtidos pelos questionários dos professores reforçam a idéia de que a gestão da Escola Estadual “Y” segue na direção certa, de acordo com os estudos sobre esse assunto, citados na seção 1 dessa monografia. Segundo os professores pesquisados, há uma relação de respeito e compromisso entre as gestoras e os docentes e um ambiente adequado para o desenvolvimento das tarefas relativas ao processo de ensino e aprendizagem. Embora não haja uma relação muito próxima da unidade escolar com a comunidade local, as informações dos professores apontam para uma abertura da escola para esse fim, com o objetivo de trazer as famílias para participarem do dia a dia da escola e compartilharem dos estudos dos filhos.

Como o foco dessa monografia é a oferta de um programa de informática na escola, serão analisadas a seguir as informações dadas pela diretora e pelas supervisoras sobre a presença das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na EE “Y”.

5.2 Análise dos dados referentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na EE “Y”

De acordo com a diretora, a escola está em fase de conhecimento e instalação dos equipamentos. Para ela, as TICs irão beneficiar tanto a escola quanto os alunos. Os benefícios para a unidade escolar representariam a possibilidade de dinamizar os processos internos, como por exemplo o Sistema de Avaliação de Desempenho, o PNLD e o Censo Escolar. Outro benefício para a unidade seria a utilização da internet, que garantiria a maior agilidade no sistema de comunicação. Já para os alunos, há uma expectativa grande de avanço no processo de aprendizagem com a real possibilidade da implantação de um laboratório para o uso da internet para a busca de novos conhecimentos.

No entanto, nesse momento de implantação das TICs na EE “Y” as gestoras identificaram entraves que podem atrapalhar a sua utilização de maneira proveitosa e adequada. Segundo a diretora, ainda se verificam dificuldades na operacionalização desses equipamentos: “existem procedimentos que embora informatizados ainda têm que ser operacionalizados da maneira tradicional, devido a questões que esbarram na burocracia e na demora na liberação dos papéis necessários.”

A diretora ainda apontou como um entrave para se usufruir corretamente das TICs, a falta de uma capacitação “eficiente e adequada” para os professores. Segundo ela,

“não adianta termos programas maravilhosos se a escola não estiver equipada adequadamente e seus profissionais aptos para a utilizarem estas tecnologias”.

Sobre as facilidades e dificuldades trazidas pelas TICs para a unidade escolar, uma das supervisoras acrescentou: “sabe-se que tais programas trazem inúmeras facilidades. No entanto, ainda são ineficazes dentro da nossa realidade por causa da burocracia ou problemas de funcionamento. Os processos administrativos ainda são muito controlados”. Quando se menciona que a burocracia é um problema para a utilização satisfatória das TICs na EE “Y”, uma das supervisoras relata que “a burocracia é o entrave do sistema em decorrência dos prazos determinados e insuficientes para as informações necessárias ao processo.” De acordo com as gestoras da EE “Y”, “muitas vezes os programas disponibilizados são devolvidos, sendo que muitos estão corretos e de acordo com o que a legislação estabelece, mas ‘o sistema’ não os reconhece”.

Os entraves citados pela gestão da escola e que estariam interferindo na boa utilização das TICs dão um panorama sobre as dificuldades de se implantar algumas ferramentas inovadoras no contexto escolar. Os dados coletados pela pesquisadora nas observações *in loco* podem ajudar a entender um pouco mais sobre a situação da introdução da Informática como mecanismo de apoio ao processo de aprendizagem na EE “Y”.

Indagados sobre a introdução da Informática na EE “Y” e, especificamente sobre a oferta do FIT e a capacitação que receberam, já que são os professores/monitores selecionados pela escola para ministrarem os módulos do programa, os professores foram unânimes em mencionar a importância da introdução das TICs como ferramenta de modernização na oferta do ensino naquela unidade. Sobre a capacitação oferecida, 4 deles disseram ter sido boa, trazendo informações novas; o curso foi bem estruturado e bem organizado. No entanto, 1 professor afirmou não ter gostado : “ o professor que ministrou o curso parecia não estar preparado”. Mas esse mesmo professor informou estar preparado para assumir as aulas do módulo sob a sua responsabilidade e acha que os alunos vão se identificar muito com o conteúdo a ser trabalhado, por ser um recurso que “ajudará a preparar os trabalhos escolares com mais sofisticação, embora na escola não tenha aparelho multimídia”, recurso indispensável para a sua apresentação. Ou seja, os professores se sentem preparados para atender aos alunos de maneira satisfatória nessa nova tarefa a eles confiada.

No que diz respeito a essa capacitação oferecida aos professores da EE “Y” que se tornaram monitores dos módulos do FIT, as diretrizes do programa indicam que se resume na participação desses docentes em aulas dos módulos que escolheram para ministrar, conforme mencionado na seção 3 dessa monografia, e segue o mesmo modelo da oferta para os alunos, ou seja, cursos de 40 a 80 horas de duração. No entanto, estudiosos sobre o assunto, como José Valente e Fernando Almeida (1997), citado na seção 2 desse trabalho, afirmam que capacitar professores para assumir esse tipo de atividade vai além de

uma simples participação em cursos temáticos de pequena duração. De acordo com Valente e Almeida,

[...] “a implantação da informática na escola envolve muito mais do que prover o professor com conhecimento sobre computadores ou metodologias de como usar o computador na sua respectiva disciplina. Existem outras barreiras que nem o professor nem a administração da escola conseguem vencer sem o auxílio de especialistas na área. Não se trata de criar condições para o professor dominar o computador ou o software, mas sim auxiliá-lo a desenvolver conhecimento sobre o próprio conteúdo e sobre como o computador pode ser integrado no desenvolvimento desse conteúdo. Mais uma vez, a questão da formação do professor mostra-se de fundamental importância no processo de introdução da informática na educação, exigindo soluções inovadoras e novas abordagens que fundamentem os cursos de formação” (VALENTE e ALMEIDA, 1997).

A chegada de computadores na Escola Estadual “Y” não ocorreu em 2008 para a oferta do FIT, mas é anterior à implantação do programa: por meio dos relatos colhidos de funcionários e gestoras da escola constatou-se que em 2005 a Escola Estadual “Y” recebeu 9 (nove) computadores para o início da oferta da Informática como ferramenta inovadora de apoio ao processo de aprendizagem dos alunos. Tal oferta era prevista pelo Proinfo, programa descentralizado criado em 1997 pelo Ministério da Educação ‘para promover o uso da informática na rede pública de ensino fundamental e médio como instrumento de apoio pedagógico e de modernização da gestão escolar’ (CASTRO et al., 2000, p. 20), programa que foi apresentado na Seção 3 dessa monografia. Para tanto, deveriam ser desenvolvidas, pelos governos estaduais e municipais e pelas próprias unidades escolares, ações de capacitação de recursos humanos e aquisição de equipamentos de informática e softwares, conforme mencionam os mesmos autores.

Sobre a chegada dos computadores na EE “Y” em 2005: na época a SEE/MG não disponibilizou pessoal técnico para a instalação e manutenção desses equipamentos na escola; não havia professores capacitados para serem monitores na unidade escolar e nem foi oferecido qualquer curso de capacitação. Assim, esses computadores teriam que ser guardados até que fossem liberados para serem utilizados da maneira adequada. Como na escola não havia local preparado para a instalação do laboratório de Informática e nem outro espaço adequado para esse tipo de armazenamento (que exige local ventilado, seco e isolado do calor), foi feito um acordo com a Prefeitura Municipal de Moeda que cedeu uma sala para que os equipamentos fossem guardados.

Em 2007, ao ser reconhecida pela SEE/MG como uma Escola Referência, a EE “Y” em 2008 passou a ter o direito de oferecer o Programa de Formação Inicial para o Trabalho – FIT (que é parte integrante dos benefícios e prêmios concedidos à todas as unidades assim classificadas). Por esse motivo a gestão da escola deu início aos preparativos para a montagem de um espaço para a instalação do laboratório de Informática visando à oferta do curso. Como nenhuma das salas de aula foi considerada adequada para receber as adaptações necessárias, foi desativada a biblioteca da escola para esse fim.

No entanto, quando foram abertas as caixas dos equipamentos para serem finalmente instalados, mais de 3 anos após serem guardados, verificou-se que 4 deles estavam totalmente danificados e inutilizados por terem sido armazenados em local

inadequado: “havia ovos de insetos e até ratos nas caixas...”, relatam funcionários da escola em seus depoimentos.

A análise das informações acima leva às seguintes constatações: primeiro, os computadores foram enviados para a unidade escolar sem que houvesse um planejamento mínimo da SEE/MG para a utilização adequada desses equipamentos - não havia espaço apropriado na escola, monitores capacitados, apoio técnico para instalação e manutenção dos computadores e, conseqüentemente, nenhum plano de trabalho da escola contemplando atividades de informática para os alunos, situações previstas pelo Proinfo como fundamentais para a introdução da Informática como ferramenta de inovação no apoio ao processo de aprendizagem nas escolas de ensino fundamental e médio, como é o caso da EE “Y”; segundo, os computadores só foram descaixotados e instalados porque a escola foi classificada como Escola Referência e como tal deveria oferecer aos alunos do ensino médio o programa FIT . Desta forma, é provável que se a unidade escolar não tivesse sido bem avaliada pela SEE/MG e não tivesse se tornado uma Escola Referência, os equipamentos em questão ainda ficariam guardados por tempo indeterminado (o que pode sinalizar perdas ainda maiores de recursos financeiros com outros computadores inutilizados pelo tempo e pela inadequação do armazenamento), já que em nenhum momento dessa pesquisa foi mencionada a possibilidade da oferta da Informática para os alunos da escola em outros moldes que não o FIT ficando, dessa maneira, excluídos os alunos do ensino fundamental da possibilidade de terem acesso às aulas de maneira regular; terceiro, os entraves existentes e apontados pelas gestoras tendem a tornar os cursos do programa menos atraentes, eficientes e eficazes, considerando a sua finalidade de promover

o conhecimento da Informática como ferramenta de preparação para o trabalho, o que quer dizer que teriam que ser ministrados da maneira mais adequada possível, com monitores experientes, computadores funcionando satisfatoriamente, laboratório montado de acordo com os critérios definidos para a instalação de equipamentos dessa natureza para que os alunos possam conhecer, na prática, os conteúdos aprendidos nas aulas.

5.3 Análise de dados – alunos da EE “Y” que participam do FIT

Finalizando a análise dos dados coletados na Escola Estadual “Y”, serão apresentadas, nesse item, as informações obtidas por meio dos questionários aplicados a alunos inscritos no FIT. Do total de 72 alunos matriculados nos 6 módulos oferecidos, 43 participaram da pesquisa (59%). As aulas do programa tiveram início em 25 de fevereiro de 2009 e os questionários foram respondidos por volta de 10 dias após o começo das aulas, quando os alunos já tinham tido contato com os equipamentos, com o conteúdo dos módulos do programa e com os monitores.

Ao serem perguntados sobre o que significam as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), as respostas dos alunos foram variadas, indicando ser esse um termo pouco trabalhado e/ou pouco vivenciado na escola. Os conceitos apresentados por eles estão sintetizados na tabela 5.1 que mostra as respostas em números absolutos e as respectivas porcentagens.

Tabela 5.1 O significado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) - na percepção dos alunos – EE “Y” - 2009

Conceito de TICs	Número de alunos	
	Absolutos	%
Acesso ao que acontece no mundo com mais rapidez	3	7
É a tecnologia que visa abranger o mundo pela comunicação / É a informação e a comunicação ligadas à tecnologia/ É Orkut, MSN e telefone celular	15	34
Aprendizado mais evoluído com tecnologias avançadas/ Significa estar entrando em uma nova era /São todas as novidades no campo da informática	6	14
É um meio para pesquisar e para conversar com pessoas de outros lugares - é o acesso à internet	10	23
Resoluções resumidas, explicativas, traduzidas de forma mais simples para alguém entender	1	3
É uma forma de facilitar a apresentação de trabalhos	2	5
Não sei	6	14
TOTAL	43	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Verifica-se, por meio dos dados da tabela 5.1, que embora as respostas sejam variadas, a grande maioria está diretamente relacionada aos avanços tecnológicos ocorridos na área das comunicações e da informação: o acesso à internet em si e ainda o Orkut e o MSN, que são formas de comunicação *on line* com a utilização da internet, são citados por 35 alunos (57% da amostra) como a explicação do que sejam as TICs. Outras respostas, ainda que em menor número (14% da amostra), relacionam as TICs com as tecnologias avançadas que “trazem até o usuário tudo o que acontece no mundo com rapidez; que estão a serviço da aprendizagem, e que significa a entrada das pessoas em uma nova era”. Os dados mostram que os alunos, de uma maneira geral, têm conhecimento do que sejam as

TICs, sendo que alguns já se utilizam dessas tecnologias, em alguma medida, no seu dia a dia. Dos alunos pesquisados, apenas 14% (6 alunos) responderam que não sabem do que se trata.

Quanto à oportunidade de acesso ao computador anteriormente ao início do FIT, as informações dos alunos indicaram a seguinte situação (tabela 5.2):

Tabela 5.2 Acesso ao computador anteriormente à participação no FIT - Alunos da EE “Y” 2009

Acesso ao computador antes de cursar o FIT	Número de alunos	
	Absolutos	%
SIM	31	72
NÃO	12	28
TOTAL	43	100

Fonte: dados da pesquisa, 2009

Os dados da tabela 5.2 mostram que 72% da amostra pesquisada já tiveram contato com o computador antes de ingressarem no FIT, o que significa uma porcentagem expressiva de alunos que lidam com o equipamento de diferentes maneiras, conforme as respostas dadas. Programas como o Linux, Word, e a utilização da internet - seja para “conversar com amigos que moram longe” ou para entrar no Orkut, MSN, jogos e envio de fotos, foram as indicações mais freqüentes da utilização do computador por parte dos alunos. As informações obtidas por meio das conversas informais nas visitas da pesquisadora à escola indicam que a grande maioria dos alunos não tem o equipamento em casa e por isso freqüentam as *Lan Houses* (onde se paga por hora de uso do equipamento). O fato de 31 alunos, num total de 43 da amostra, já conhecerem o funcionamento básico de

um computador pode se traduzir em um fator facilitador do processo de aprendizagem dos conteúdos oferecidos pelos módulos do FIT na EE “Y”. E ainda pode sinalizar que esses alunos estariam um pouco mais preparados para interagir com o professor nas aulas e não seriam meros expectadores do processo de aprendizagem, semelhantemente ao que diz a literatura mencionada na seção 3, ao afirmar que no atual contexto escolar, “o papel do professor deixa de ser o de ‘entregador’ de informação para ser o de ‘facilitador’ do processo de aprendizagem. O aluno deixa de ser o receptáculo das informações para ser ativo aprendiz, construtor do seu conhecimento” (VALENTE e ALMEIDA, 1997).

Sobre as facilidades e dificuldades encontradas no manuseio do computador, nas aulas dos módulos do FIT, as respostas dos alunos variam e estão sintetizadas nas informações do quadro 5.1.

Quadro 5.1 Facilidades e dificuldades encontradas no manuseio do computador – na percepção do aluno - EE “Y” – 2009

FACILIDADES	DIFICULDADES
Gostar do curso	Várias ferramentas disponíveis “de um curso para outro”
A ajuda do professor	Aprender sobre hardware, software
O acesso à internet	Como arquivar
Ligar o computador e acessar os programas	Digitar
Fazer <i>slides</i>	Inserir figuras
	Saber onde buscar as informações em sites
	Como escrever com letras grandes e pequenas
	Aprender os comandos que são em inglês
	Gravar jogos

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Percebe-se que as dificuldades encontradas pelos alunos aparecem em maior número do que as facilidades e se referem mais aos conteúdos didáticos do que aos lúdicos, ou seja, mais às questões como aprender sobre *hardware* e *software*; saber como pesquisar em sites; como inserir figuras, aprender sobre as diferentes ferramentas existentes nos conteúdos dos diferentes módulos e menos aos conteúdos ligados aos aspectos mais conhecidos da comunicação em geral, como o Orkut, o envio de fotos e o acesso à internet, por exemplo, citados como elementos fáceis no manuseio do computador, de acordo com os dados do quadro 5.1.

A situação acima pode indicar que mesmo aquela maioria de alunos que mencionou já estar familiarizada com o computador antes de participar do FIT, o faz de maneira mais operacional, por serem ferramentas que já estão plenamente introduzidas no cotidiano das gerações mais recentes, como é o caso dos alunos pesquisados. Sendo assim, os dados do quadro 5.1 podem ser considerados como um indicador de que os cursos oferecidos pelo programa na EE “Y” provavelmente apresentarão resultados positivos, já que apresentarão aos alunos, novas ferramentas e possibilidades para que possam avançar nos seus conhecimentos da Informática numa perspectiva mais voltada para a iniciação ao trabalho e para melhorias na sua condição de vida.

Uma das questões do questionário aplicado aos alunos se referiu à expectativa de cada um com relação à participação no FIT. As respostas obtidas são mostradas na tabela 5.3.

Tabela 5.3 Expectativa dos alunos com relação à participação no FIT
EE “Y” - 2009

Expectativa com relação à participação no FIT	Número de Alunos	
	Absolutos	%
Preparação para o trabalho / para o primeiro emprego	24	56
Início das oportunidades para avançar no conhecimento da Informática / Buscar conhecimentos para cursar o nível superior em Informática	2	5
Aprender a desenvolver programas de computador	1	2
Saber tudo sobre computador	1	2
Uma boa oportunidade para professores e alunos	1	2
Ter uma ótima formação/ aprendizagem completa/ajuda para um melhor futuro	13	31
Ter noções de computação gráfica	1	2
TOTAL	43	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Os dados da tabela 5.3 mostram que 37 dos alunos (87%) esperam que o FIT possa proporcionar-lhes uma oportunidade de trabalho, sendo que desse total, 56% (24 alunos) têm a expectativa de um primeiro emprego o mais rápido possível, enquanto os outros 13 desejam obter uma boa formação com aprendizagem completa sobre a utilização correta do computador para ter uma chance futura e a conseqüente melhoria da sua condição de vida. Observa-se ainda que, embora apareçam em menor porcentagem, 2 alunos sinalizam terem conhecimento de outras atividades que se utilizam do emprego do computador: 1 tem a expectativa de conhecer um pouco mais sobre a elaboração de programas para computador, enquanto o outro se mostrou interessado na possibilidade de aprofundar os estudos em computação gráfica. Ambos esperam que o FIT possa fornecer informações e ferramentas básicas sobre essas áreas.

O que fica claro quando se analisam os dados da tabela 5.3 é que a expectativa dos alunos é grande em torno da oferta do FIT, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. O próprio nome do programa já sugere que esses alunos já estariam tendo a oportunidade de obter uma formação inicial para o trabalho ao participarem das aulas dos módulos.

Uma vez que a maioria dos alunos da EE “Y” é proveniente de ambientes familiares de situação socioeconômica desfavorável (com renda mensal máxima em torno de 2 salários mínimos, de acordo com os dados trabalhados anteriormente, na seção 4) é compreensível que a maior porcentagem dos alunos pesquisados apresente, como o principal objetivo de se inscreverem no FIT, a oportunidade de trabalho imediato. As informações obtidas por meio da entrevista com a diretora e das respostas dos questionários das supervisoras e professores sobre as famílias dos alunos atendidos pela escola indicam ser uma clientela heterogênea, do ponto de vista socioeconômico. Embora a grande maioria seja proveniente de contextos mais carentes sob esses aspectos, alguns alunos apresentam situação mais favorável, o que pode explicar a participação de pelo menos 2 alunos (5 % da amostra), que demonstraram a vontade de prosseguir nos estudos sobre a área da Informática após o FIT, com o objetivo de cursarem o nível superior, situação que não é compartilhada pela maioria dos alunos da escola.

A expectativa de praticamente toda a amostra de alunos pesquisada é a de que o FIT seja a maior oportunidade que já tiveram de adquirir conhecimentos mais avançados

sobre a Informática e como consequência, de se capacitarem minimamente para, ao deixarem a escola (são alunos dos 2º e 3º anos do ensino médio), serem capazes de se inserir no mercado de trabalho, mesmo que isso ocorra, para começar, nos programas sociais de Primeiro Emprego.

A expectativa positiva dos alunos inscritos no FIT sobre a possibilidade de transformarem para melhor as suas vidas, vai ao encontro do que mencionam alguns teóricos citados na Seção 2 dessa monografia, sobre a capacidade da escola em transformar a realidade da sua clientela, desde que gerenciada de maneira adequada. Nesse sentido, Wertheim (2002), afirma que “a escola apresenta uma força transformadora cujas proporções, muitas vezes se desconhece. Por meio de soluções simples e humildes pode adquirir uma ressonância de elevada grandeza”. (WERTHEIM, 2002, p.7). Ainda sobre essa questão, os estudos desenvolvidos por Leite e Duarte (2005) sobre Educação e Desigualdade indicam que “num contexto de desenvolvimento desigual, como é o caso do Brasil, a educação ganha destaque, uma vez que é vista por analistas e agentes sociais como base fundamental de redução de diferenças e de mobilidade social”.

A análise dos dados obtidos pelos questionários respondidos pelos alunos aponta para a situação indicada pela teoria acima, ‘trazida’ da Seção 2 com a finalidade de mostrar que o que está acontecendo na EE “Y” é o que a literatura sobre o assunto considera desejável: a gestão adequada da Escola Estadual “Y” e a oferta do FIT podem significar para esses jovens essa força transformadora da realidade em que vivem de que

fala Wertheim (2002) e as chances da redução das desigualdades e da mobilidade social para esses alunos e suas famílias, como apontam Leite e Duarte (2005). É importante destacar aqui, que esse é o verdadeiro papel da escola nos dias de hoje, considerando-se o contexto socioeconômico e cultural brasileiro.

Para finalizar essa análise, é importante que sejam tratadas aqui algumas questões levantadas pela pesquisadora, com base nas observações feitas quando das visitas à escola. As informações coletadas nessa etapa do trabalho de campo permitiram identificar algumas situações que merecem ser trazidas para essa análise para serem comentadas. Foram feitas visitas nos horários de funcionamento do FIT: os módulos são oferecidos em 2 turnos – manhã e noite. Em conversas informais com funcionários, professores e alunos do programa, foi possível perceber alguns entraves na operacionalização dos cursos e que podem incidir negativamente na sua oferta.

Em primeiro lugar, verificou-se que a estrutura do espaço disponível para a instalação do Laboratório de Informática é precária e totalmente inadequada. Como já foi mencionado nesse trabalho, não havia sala na escola com capacidade para abrigar tais equipamentos e por ser mais espaçosa, a biblioteca foi desativada com esse objetivo. Em segundo lugar, o número de computadores é insuficiente para a demanda dos módulos previstos pelo programa na unidade; em terceiro lugar, a manutenção dos equipamentos é feita por apenas 1 técnico disponibilizado pela Superintendência Metropolitana –A , que sozinho é também responsável pela manutenção dos computadores de todas as Escolas

Referências subordinadas à essa Superintendência, cuja abrangência é dos seguintes municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH: Ribeirão das Neves, Moeda, Belo Vale e Caeté, Brumadinho, Bonfim, Santa Bárbara, Nova Lima, Sabará, Rio Acima, Raposos, entre outros. Em quarto lugar, esse tipo de oferta da Informática (o Programa FIT) adotado na EE “Y”, excludente e oferecido diferentemente do que prevê o Proinfo, pois não contempla em seu bojo, o atendimento a todas as séries e a todos os alunos da unidade, penalizando de certa forma, o corpo discente como um todo. E para encerrar, verificou-se que a rede instalada para a implantação do laboratório parece que não está adequada e muitas vezes sai do ar durante as aulas, sendo que o mesmo tem acontecido também com os computadores utilizado pela secretaria da escola.

Na próxima seção serão apresentadas as Considerações Finais e, na seqüência, as Referências e os Anexos.

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das conclusões a que se chega após a análise desse estudo de caso, é que uma das oportunidades de enfrentamento das situações desfavoráveis do ambiente familiar de origem do aluno é a oferta, pela unidade escolar, de projetos que contemplem a participação dos estudantes em cursos e/ou programas que possam incidir positivamente em seu processo de aprendizagem e na preparação para o trabalho. Desta forma, a escola estaria cumprindo o seu papel de elemento transformador da realidade da sua clientela e da população que vive no seu entorno, por meio de atitudes simples e possíveis de serem executadas e que podem “atingir proporções de elevada grandeza” como menciona o educador Wertheim (2002).

Nesse contexto insere-se a importância da gestão escolar da unidade de ensino para que esses programas apresentem os resultados positivos desejados. Uma gestão democrática e flexível, compartilhada entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, que se mostre preocupada em estabelecer uma parceria com a população local na busca da criação de uma identidade entre a escola e a clientela atendida, certamente estará na direção certa, considerando-se o que a literatura aponta ser esse o modelo ideal de se gerenciar um estabelecimento de ensino de nível básico. No caso da Escola Estadual “Y,” escolhida para objeto de estudo dessa monografia, a forma de atuação das gestoras é adequada, tomando-

se como base os critérios listados acima sobre essa questão. Os dados analisados indicam que o tipo de gestão adotado se mostra eficiente, o que pode ser comprovado pela boa avaliação obtida pela unidade escolar pertencente a SEE/MG e a Superintendência Metropolitana – A, a qual está subordinada, que a classificou como uma Escola Referência nos últimos 2 anos consecutivos (2007/2008).

Embora a relação ‘escola - família - comunidade local’ ainda seja tímida, um fator que pode contribuir para uma maior aproximação entre esses atores, é a clientela ser proveniente, na sua grande maioria, de uma mesma comunidade (Moeda é um município pequeno com população de 4 790 hab.- dados de 2004), se caracterizando como um alunado que represente basicamente a população local e que, por esse motivo, tenha perspectivas e interesses comuns, o que pode promover o fortalecimento da parceria desejada. Quanto a essa questão, a EE “Y” também se mostra no caminho certo: em seu relato, a diretora da unidade mencionou que antes da sua chegada ao cargo que ocupa, a escola era mais fechada à comunidade local e o atendimento dispensado aos alunos era de maneira mais tradicional, mas que nos últimos 5 anos, a atual gestão “abriu as portas da escola com o objetivo de conseguir uma maior interação com os pais e com a comunidade em geral.” Os dados analisados reforçam o relato da diretora e apontam que aos poucos as famílias e a população local já estão se aproximando da escola e que essa parceria já começa a se configurar de variadas maneiras.

Uma outra constatação a que se chega é que, com base na análise referente ao gerenciamento e à estrutura física da EE “Y”, a escola atende às condições mínimas necessárias para a oferta de um ensino de qualidade e para a implantação de projetos e programas especiais que contemplem novos procedimentos pedagógicos e inovações tecnológicas. Mesmo não sendo uma escola grande, a EE “Y” apresenta salas, mobiliário, espaço de lazer, banheiros, cantina e refeitório de acordo com o que determinam as diretrizes do sistema educacional e os diagnósticos e estudos sobre as Políticas de Educação. No entanto, para a oferta do FIT, foi necessário desativar a biblioteca central da escola, o que causa ‘estranheza’, uma vez que se trata de um estabelecimento de ensino que atende aos níveis fundamental e médio, etapas escolares em que é fundamental o incentivo à leitura e à busca de novos conhecimentos por meio de pesquisas em dicionários, livros diversos e enciclopédias. Essa situação ainda é mais preocupante exatamente pelo crescimento das leituras e pesquisas feitas ‘via internet’, onde o aluno encontra ‘tudo pronto’, já que está à disposição, nos computadores, uma infinidade de *sites* e programas com essa finalidade. O que quer dizer que a desativação de uma biblioteca em uma escola de nível de ensino básico pode significar muito mais do que simplesmente a adaptação do espaço para outra atividade – na percepção do aluno (que em geral já é resistente a ler) essa é uma atitude que pode desvalorizar, de vez, a importância do tradicional espaço do livro, da leitura e da construção do conhecimento.

Quanto à oferta do programa Formação Inicial para o Trabalho na unidade, a análise mostra que mesmo tendo sido iniciadas recentemente, as atividades desenvolvidas parecem já estar influenciando na expectativa de melhoria da condição de vida dos alunos. A

maioria deles vê na sua participação nos cursos do programa, a possibilidade mais concreta que já tiveram de concorrerem à vagas para trabalho e de mudanças, sob vários aspectos.

No entanto, o atendimento adequado aos alunos não depende exclusivamente dos gestores da unidade escolar, mas também das demais autoridades e órgãos públicos ligados à área da Educação nos âmbitos municipais e estaduais, para que atuem em consonância visando à uma escola pública de verdadeira qualidade. Embora a situação encontrada na unidade pesquisada aponte que a EE “Y” esteja na direção certa, sob os vários aspectos aqui analisados e comentados, as observações *in loco* feitas pela pesquisadora trazem algumas informações que tendem a impedir o sucesso total do FIT na unidade em questão: para a oferta dos 6 módulos previstos para serem ministrados e o atendimento aos 72 alunos inscritos para os 2 turnos do programa, a escola conta apenas com 5 computadores, uma vez que os outros 4 ficaram inutilizados pelo armazenamento inadequado, como foi mencionado na análise dos dados e não foram substituídos; a rede utilizada para a instalação dos equipamentos para as aulas dá sinais de não estar adequada para tal, uma vez que é comum “a rede cair bem no meio da aula, quando todos estão entusiasmados com a parte prática dos módulos”, relata um aluno.

É evidente que essa é uma avaliação prematura e feita apenas levando-se em conta alguns entraves já detectados e que sugerem a possibilidade de ocorrerem transtornos não previstos ao longo do processo e é preciso que pelo menos esses primeiros módulos

que estão em curso sejam concluídos para que se tenha uma real avaliação da oferta e a constatação da necessidade de correção de rumos.

Os entraves existentes (laboratório de Informática instalado em local impróprio, número insuficiente de computadores, rede de instalação inadequada, manutenção precária, capacitação dos monitores com carga horária insuficiente) configuram uma situação que poderá se traduzir na perda da oportunidade de se fazer desse processo um momento da escola avançar com relação à qualidade da sua oferta de ensino e à introdução de novos projetos visando à melhoria das condições de vida da sua clientela e ainda conseguir promover as mudanças consideradas necessárias. Nesse sentido, a SEE/MG deveria investir de maneira mais concreta na instalação do programa auxiliando a gestão da escola nessa tarefa, para que o programa possa ser oferecido de maneira a corresponder à expectativas tão positivas dos alunos participantes.

É preciso que o programa FIT seja abraçado pela Secretaria de Estado da Educação e pelas Superintendências Regionais Metropolitanas como um projeto realmente importante e fundamental para a qualificação dos alunos e não apenas como um ‘prêmio’ recebido pela unidade escolar ao ser bem avaliada e classificada como uma Escola Referência.

REFERÊNCIAS

- ANDÈRE, Sonia. **Inovação como parte da rotina da escola**. Entrevista. Revista do Sistema Mineiro de Administração Escolar- SIMADE; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, 200-, p. 4-6.
- BARROS, Ricardo; LAM, David. *Income inequality in education and children's schooling attainment in Brazil*. Textos para Discussão, n. 294, IPEA, 1993.
- BONAMINO, Alicia Maria C. **O sistema nacional de avaliação da educação básica (SAEB): referências, agentes e arranjos institucionais e instrumentais**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988 – Título VIII, Capítulo III, Seção I, Artigos de 205 a 216, Da Educação.
- BRASIL. Decreto Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro *in* Capítulo III – Dos Crimes Contra a Assistência Familiar: Abandono Intelectual. Art. 246.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- CASTRO, Jorge A.; BARRETO, Ângela R.; CORBUCCI, Paulo Roberto. **A reestruturação das políticas federais para o ensino fundamental: descentralização e novos mecanismos de gestão**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 745, jul. 2000.
- DIEHL, Astor A.; TATIM, Denise C. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. p.168.
- FILOCRE, João. Entrevista. Revista do Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, 200-, p. 2 e 3.
- LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira. **A interação entre a instituição pública de ensino fundamental e a diversidade socioeconômica e cultural das crianças**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Escola de Governo/ Fundação João Pinheiro, 2001.
- LEITE, Maria Ruth Siffert. D. T; DUARTE, Vanda C. O desafio da articulação entre políticas setoriais e intersetoriais – o caso da educação. **Artigo apresentado no X Congresso Del CLAD. Santiago/Chile, out. 2005**.
- MELLO, Tereza Cristina C. **A. O financiamento da educação básica brasileira: implicações para a política educacional em municípios mineiros**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Escola de Governo/ Fundação João Pinheiro, 2000.

PARENTE, Marta Maria; LUCK, Heloisa. **Mapeamento da descentralização da educação brasileira nas redes estaduais de ensino fundamental**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 675, out. 1999.

Programa Pró-Médio. Disponível em. www.educacao.mg.gov.br Site da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais - SEE/MG. Acesso em 31 de março de 2009.
REGIMENTO ESCOLAR. Escola Estadual Y, 2005. p. 1- 8.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Adendo ao Regimento Escolar sobre a EJA (Educação de Jovens e Adultos) da Escola Estadual Y**. Belo Horizonte: Registro na SRE – Metropolitana “A” –. 2006, p. 1- 4.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Projeto Escolas em Rede**, Belo Horizonte: SEE/MG, 200-.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS; SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO. Apostila para Acessar o site do Ensino Médio – FIT/SENAC – 1º sem., 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS; SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO. **Formação Inicial para o Trabalho** in INFORMÁTICA BÁSICA – Apostila. Belo Horizonte: SENAC - SEE/MG, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DE MINAS GERAIS. **Quadro de Turmas e Alunos**. Documento, 2008.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Fernando José. **Visão Analítica da Informática na Educação no Brasil: a questão da formação do professor**. São Paulo: NIED-UNICAMP / PUC-SP, 199-.

WERTHEIN, Jorge. Apresentação. In: **Desafios e alternativas: violências nas escolas**. Anais do Seminário Internacional de Violência nas Escolas. Brasília: 27-28 nov. 2002.

XAVIER, L.N. **O Brasil como laboratório: Educação e Ciências Sociais no Projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC(1950-1960)**. Rio de Janeiro: PUC/Rio, 1999.

WERTHEIN, Jorge. Apresentação. In: **Desafios e alternativas: violências nas escolas**. Anais do Seminário Internacional de Violência nas Escolas. Brasília: 27-28 nov. 2002.

A N E X O S

PESQUISA INFORMATIZAÇÃO
Instrumento de coleta – estudo de caso
Professores

Nome da Escola: _____

Série que leciona: _____ Disciplina: _____

- 1) Há quanto tempo você trabalha nesta Escola? Você é efetivo ou designado?

- 2) Qual sua formação?

- 3) Além de dar aula, você desenvolve outras atividades nessa escola? Quais?

- 4) E fora dessa escola?

- 5) Como é trabalhar nessa escola? (facilidades, desafios, dificuldades)

- 6) Existem instâncias de participação nessa escola? Quais? Quem participa?

- 7) Os pais freqüentam a escola? De que maneira?

- 8) Como a Escola se relaciona com as famílias dos alunos?

- 9) Como você descreveria o perfil do alunado quanto a estrutura familiar e comportamento dentro da escola?
- 10) Como você descreveria a relação professor/aluno nessa escola? E a relação professor/pais? E a relação professor/diretor?
- 11) Quanto à informática chegando na escola, em que poderá auxiliar os alunos nos estudos? O professor? A administração?
- 12) Sobre o curso FIT:
- a) Qual foi a área de sua participação?
 - b) Você gostou? Por quê?
 - c) Em que você acha que irá contribuir na formação do aluno?
 - d) E para a melhoria do ensino-aprendizagem?
 - e) E para sua formação pessoal, foi válido?

ENTREVISTAS COM DIRETOR (A) E SUPERVISOR (A)

I – E.E. “Y”

Nome da Diretora: _____

1. Tempo na Escola e na direção:
2. Formação:
3. Atividades do dia-a-dia que absorvem mais tempo:
4. Instâncias de participação na gestão escolar e quem participa:
5. Perfil dos alunos:
 - a. Local de residência:
 - b. Condição socioeconômica:
 - c. Estrutura Familiar:
 - d. Comportamento dentro da escola:
 - e. Relação com pares e professores:
6. A Escola se abre para a comunidade e diversos tipos de participação?

7. Com relação as propostas e possibilidades das Tecnologias de Informação e Comunicação(TICs):
 - a. O que você considera que pode contribuir para o processo ensino-aprendizagem?
 - b. E para a dinamização dos processos administrativos, como acontece a contribuição dos programas de tecnologias?
 - c. Cite programas já existentes (disponibilizados), tanto no âmbito Federal como Estadual, que vem contribuindo para dinamizar, modernizar?
8. Para você Gestor, em que facilitou e qual a maior dificuldade em relação aos programas de informatização já existentes? Qual sua proposta ou sugestão para melhoria?
9. Você acha que com a diversidade de situações que hoje o Gestor tem que lidar, esses programas da maneira que estão disponibilizados, estão contribuindo para uma descentralização mais efetiva?
10. Espera-se que com os TICS, a escola possa corrigir em tempo hábil alguns equívocos que estão sujeitos a acontecer. Você Gestor concorda com essa afirmação? Tem mais considerações a fazer?

Questionário

- 1 – Quem desenvolveu o Linux?
- 2 – O que é Linux?
- 3 – Explique a revolução provocada pelo Linux?
- 4 – Quem são os desenvolvedores do Linux?
- 5 – Por que as grandes empresas usam o Linux?
- 6 - Quais são os objetivos do Governo Federal desenvolver o Linux?
- 7 – Quais são os benefícios de se usar o Linux?
- 8 – O que é Distribuição?
- 9 – Dê exemplos de sistemas operacionais Linux e de suas características?
- 10 – Por que a expansão do Linux não é como a do Windows?
- 11 – O que Ubuntu?
- 12 – Quais são as vantagens do Sistema Operacional Ubuntu?